

RELATÓRIO BIÊNIO
2023-2024

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

A Casa do Povo Pernambucano

RELATÓRIO DO BIÊNIO
2023-2024

ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

A Casa do Povo Pernambucano

SUMÁRIO

Mensagem do presidente 6

Mensagem do primeiro-secretário 8

Reforma do Palácio Joaquim Nabuco 10

Superintendências 14

Alepe Cuida 52

Comissões parlamentares 56

Portal da Transparência 94

Comissões especiais 98

Bicentenário da Confederação do Equador 114

Frentes parlamentares 120

Alepe Antirracista 144

Expediente 148



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Biênio de aprendizados, conquistas e conexão com o povo de Pernambuco

Encerramos o biênio 2023-2025 somando aprendizados, celebrando conquistas, mas também olhando para a frente, sem deixar de cultivar esperanças e alimentar sonhos.

Nos últimos dois anos, a Assembleia Legislativa de Pernambuco resgatou sua autonomia e se fortaleceu pelo empenho dos 49 deputados, dispostos ao diálogo e à busca por entendimento – internamente, entre os pares e servidores, e em relação aos demais Poderes.

Agora, nos aproximamos dos 190 anos da Casa com um Legislativo revigorado pelo sentimento de unidade e pelos bons resultados obtidos.

Juntos, mantivemos a Casa mobilizada para analisar e votar projetos elaborados nos gabinetes e enviados pelo Governo. As comissões permaneceram comprometidas com debates e pareceres fundamentais.

Sem abrir mão das prerrogativas de fiscalizar e legislar, a Alepe aprovou e continuará a aprovar medidas importantes para o povo de Pernambuco.

Por meio do comprometimento coletivo dos mandatos, conseguimos executar projetos de grande impacto social, como o *Alepe Cuida*, que leva saúde e cidadania para populações do interior e da Região Metropolitana do Recife.

Campanhas como *Juntos nos Cuidamos – Outubro Rosa* e *Novembro Azul* promoveram consultas, exames e conscientização sobre cuidados preventivos.

No primeiro semestre de 2023, o Departamento de Coordenação e Assistência Médica foi reestruturado, passando a oferecer atendimento sistematizado em diversas especialidades para servidores e a população em geral.

A Casa também consolidou seu papel na luta contra o racismo, promovendo jornadas e instituindo o selo *Alepe Antirracista* e a *Medalha Antirracista Marta Almeida*.

Além disso, a Resolução nº 2.019/2024 fortaleceu as ações de combate à discriminação dentro da instituição e criou a Ouvidoria Permanente em Defesa da Igualdade Racial.

A Escola do Legislativo ampliou sua atuação com novas parcerias, como o Senado Federal e o Sebrae, ofertando mais capacitações para servidores e o público.

A criação de um calendário de eventos fortaleceu a integração entre parlamentares e servidores terceirizados, comissionados e efetivos.

Finalmente, em novembro de 2024, assinamos o contrato para a restauração do Palácio Joaquim Nabuco, que dotará o Estado de um moderno museu destinado a contar a história do Parlamento pernambucano.

Todos esses avanços, entre tantos outros, são fruto da unidade que gerou autonomia e fortalecimento dos nossos mandatos e, em última instância, do Poder Legislativo.

Em suma: os últimos dois anos foram um tempo de ação, avanços e entregas. E é nossa meta continuar trabalhando pelo entendimento, pelo pleno funcionamento da Casa e pela boa relação com os demais Poderes e a sociedade.

A Assembleia Legislativa de Pernambuco chegará aos 190 anos reverenciando sua história de luta pela democracia, direitos e cidadania, mas com o radar apontado para o futuro - cada vez mais forte independente e servindo ao povo pernambucano.

Álvaro Porto
Presidente da Alepe



MENSAGEM DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Avanços na estrutura legislativa e no diálogo com a sociedade

Ao longo dos últimos dois anos, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) fez um relevante esforço para ampliar o diálogo entre parlamentares, sociedade civil e demais Poderes constituídos. Prova disso são as inúmeras entregas e ações que marcaram o biênio 2023-2024.

Nesse período, buscamos construir um ambiente de trocas significativas e aberto à tomada de decisões coletivas. Acreditamos que uma gestão compartilhada é fundamental para o bom funcionamento de uma instituição pública e, mais que isso, possibilita a construção de um futuro melhor para o nosso povo, grande beneficiário das ações legislativas.

Com muito empenho, conseguimos ampliar os serviços oferecidos pela Alepe, tornando-a mais eficiente e próxima da população. Modernizamos os sistemas, otimizamos os processos e investimos em novas tecnologias e equipamentos, sempre com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento e facilitar o acesso da população à Casa.

Recentemente, assinamos a ordem de serviço para o restauro do Museu Palácio Joaquim Nabuco, medida aguardada por mais de dez anos. Uma vez reinaugurado, esse equipamento será um potencial espaço turístico-cultural de Pernambuco, reunindo acervo relevante do Poder Legislativo e da história política do nosso Estado.

Atentos às necessidades de expansão e aperfeiçoamento constante das nossas atividades, demos início às operações para a construção de um espaço anexo ao Edifício Miguel Arraes de Alencar. O novo prédio dará suporte às atividades parlamentares, assegurando mais espaço e conforto para deputados e servidores.

Nesse sentido, lançamos, ainda, o *Manual do Processo Legislativo*, documento que destrincha e atualiza os trâmites diários de parlamentares, chefes de gabinetes e servidores da Casa.

Além dos muros da Assembleia Legislativa, lançamos o selo *Alepe Solidária, Sustentável e Inclusiva*, que abriga projetos já reconhecidos pela sociedade civil, como o *Alepe Cuida, Pedal Alepe, Alepinha Literária* e *Alepe Antirracista*. Este último levou nosso Estado a ser uma referência no combate ao racismo em todo o Brasil, contando com a primeira instituição legislativa a instituir uma política de combate ao preconceito racial.

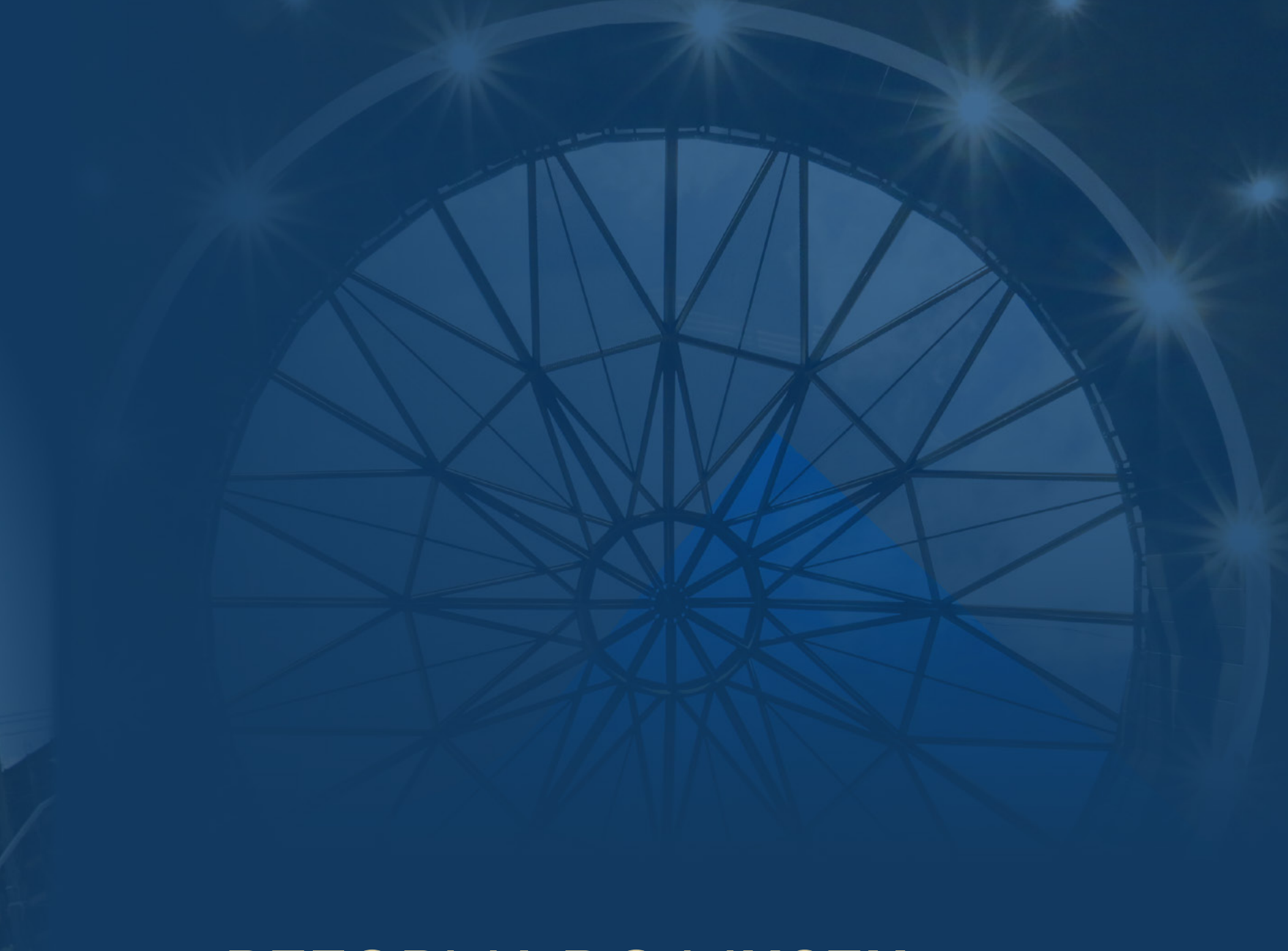
A transparência foi um dos pilares da nossa gestão. Trabalhamos incansavelmente para garantir que todas as ações desta Casa Legislativa fossem conhecidas e acompanhadas pela sociedade. Para isso, fortalecemos e expandimos o alcance da TV e da Rádio Alepe, além da produção de conteúdos informativos e relevantes para nossas redes sociais, que registraram números expressivos nos últimos meses.

Todas essas conquistas foram possíveis graças à colaboração e ao profissionalismo de todos os servidores e funcionários, verdadeira força desta instituição. Agradeço a cada um pela dedicação e empenho em servir ao nosso Estado.

Tenho a convicção de que a Alepe continuará a crescer e a se desenvolver, sempre em busca da excelência e do bem comum do povo pernambucano.

Gustavo Gouveia
Primeiro-secretário da Alepe


ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



REFORMA DO MUSEU PALÁCIO JOAQUIM NABUCO

DESTAQUE

REFORMA DO MUSEU PALÁCIO JOAQUIM NABUCO

Palco de eventos que marcaram a história de Pernambuco, o Palácio Joaquim Nabuco reabrirá suas portas ao povo em 2026. O edifício, erguido em 1875 às margens do Rio Capibaribe, no Recife, vai se tornar um museu interativo, possibilitando ao público uma imersão na história do legislativo estadual.

Orçadas em R$ 24 milhões, as obras de reforma e restauro já foram iniciadas e terão duração de 18 meses. O contrato com as empresas Konex Incorporações e Serviços Ltda. e Cinzel Engenharia Ltda. foi assinado em novembro de 2024, em uma cerimônia liderada pelo presidente da Alepe, deputado Álvaro Porto (PSDB), e pelo primeiro-secretário, Gustavo Gouveia (Solidariedade).

Novo espaço

Custeado com recursos próprios da Alepe, o objetivo do projeto é preservar a originalidade dos espaços. Por isso, os trabalhos seguirão os critérios estabelecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A reforma da área circular do plenário, por exemplo, trará de volta a estrutura original do piso, composto por quadros de madeira em formato de espinha de peixe. Já a fachada, hoje azulada, será pintada com o tom amarelo-pastel. Segundo prospecções feitas para o restauro, essa era a cor original do prédio.

No térreo, os visitantes poderão viver a experiência de uma votação simulada por meio do uso de recursos interativos instalados na área do antigo plenário. Nesse mesmo andar, uma cafeteria estará à disposição da população, proporcionando um espaço de convivência e conforto.

Já no primeiro pavimento, quatro salas temáticas vão oferecer ao público a oportunidade de conhecer melhor como funciona o Poder Legislativo estadual e a história das leis pernambucanas. Um espaço educativo também está reservado neste andar. O último pavimento será uma área exclusivamente técnica, onde funcionarão a sala de controle e segurança, a diretoria, a coordenação e o espaço de reuniões.











SUPERINTENDÊNCIAS

SUPERINTENDÊNCIA GERAL (SUPGER)

São atribuições da Superintendência Geral: planejar, coordenar, dirigir e acompanhar as atividades administrativas, operacionais e financeiras da Alepe, bem como atuar em parceria com os demais órgãos da Assembleia Legislativa, visando agilizar e desburocratizar o processo de tomada de decisões e garantir o bom andamento das atividades internas da Casa.

A gestão do setor, no biênio 2023-2024, teve como meta dar continuidade aos exitosos trabalhos executados pelas gestões anteriores, assim como desenvolver uma série de novas atividades na Casa. Nesse período, foi criado o conceito *Comunidade Alepe*, que gerou mais interação entre as pessoas e setores que atuam na Assembleia Legislativa. Também foi criado o selo *Alepe Sustentável, Solidária e Inclusiva*, que permeou um conjunto de inúmeras ações ao longo do biênio.

A SupGer buscou construir um ambiente de trabalho harmonioso e aprazível e uma Alepe sintonizada com as demandas da sociedade pernambucana. Foram celebradas as festividades do Carnaval, São João e Natal; e realizadas ações de integração nos eventos do Dia das Mães, Dia dos Pais, Páscoa, Dia dos Trabalhadores e Dia dos Servidores Públicos; também foram promovidas importantes campanhas de doação de sangue, vacinação e em datas como *Abril Azul, Maio Amarelo, Outubro Rosa* e *Novembro Azul*, envolvendo a Comunidade Alepe e a sociedade pernambucana como um todo.

Em busca de uma melhor segurança na Casa, a Superintendência Geral realizou campanha institucional pelo uso do crachá e do adesivo de identificação para visitantes. Em conjunto com os demais setores administrativos, atuou em prol da capacitação dos servidores da Alepe, por meio da oferta de cursos de aprimoramento profissional, e fortaleceu a transparência das ações da Casa. Ressalta-se ainda a consolidação da política antirracista e a instituição da política para as mulheres na Alepe.

Outra marca desse biênio na Superintendência foi a criação de Grupos de Trabalho, temporários e permanentes, para o bom planejamento e execução das atividades na Alepe. Durante essas reuniões, verificou-se, junto às demais superintendências, a necessidade da criação e formalização de um plano de trabalho estruturado, bem como a compilação das normas legislativas contendo as diretrizes institucionais da Alepe, o que gerou a produção do *Manual de Processo Legislativo*.

Numa ação pioneira, a SuperGer organizou o Grupo de Mobilização da Alepe, que contou com a atuação voluntária de colaboradores da Casa. Sempre repletos de entusiasmo, os membros do grupo fizeram a diferença na hora de motivar os demais servidores a participarem das ações realizadas na Alepe.


Rede Estadual



SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (SUPAD)

A Superintendência Administrativa (Supad) da Assembleia Legislativa de Pernambuco, conforme estabelecido pela Lei nº 15.161/2013, tem como principal função a gestão estratégica das atividades de suprimento, apoio logístico, suporte operacional e controle patrimonial, assegurando o bom funcionamento das atividades institucionais e legislativas da Casa. Suas atribuições incluem a manutenção das instalações; o gerenciamento de contratos de mão de obra terceirizada; a supervisão de serviços gerais, compras e controle de materiais; além da administração dos bens patrimoniais da Alepe.

Com as alterações introduzidas pela Lei nº 18.355/2023, houve a inclusão de novas atribuições e a criação de departamentos que ampliam o escopo de atuação da Superintendência. O Departamento de Engenharia e Arquitetura foi instituído, assumindo a responsabilidade por obras, reformas, fiscalização de contratos, segurança no trabalho e restauração das edificações da Assembleia.

Uma das principais ações que este setor comandou no biênio foi a licitação e contratação das obras de restauração do Palácio Joaquim Nabuco, antiga sede da Casa. O prédio será transformado em um museu, que reunirá documentos históricos, mobília, obras de arte e objetos



que contam a história política do Estado de forma interativa.

Com recursos próprios, a reforma, sob responsabilidade do consórcio formado pelas empresas Konex Incorporações e Serviços e Cinzel Engenharia, tem duração prevista de 18 meses. O custo total estimado é de R$ 24 milhões.

Outro avanço significativo foi o Departamento de Projetos Sociais Institucionais, que foi incorporado para desenvolver iniciativas de interesse social no âmbito da Assembleia. Este departamento é responsável pela elaboração, supervisão e execução de projetos sociais, podendo estabelecer convênios e participar de concursos nacionais e internacionais. As mudanças visam modernizar a gestão administrativa, ampliar o impacto social da Assembleia e reforçar o compromisso com a eficiência no uso de recursos públicos.

Uma dessas iniciativas, o *Alepe Acolhe* venceu, em dezembro de 2024, o *4º Prêmio Prioridade Absoluta*, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O programa oferece estágio remunerado a jovens que estão em processo de adoção, com histórico de abandono ou perda do poder familiar por decisão judicial. A Alepe foi vencedora na categoria *Legislativo* e foi contemplada no eixo temático *Medidas Protetivas*.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS (SUPGP)

Responsável pela gestão funcional da Alepe, a Superintendência de Gestão de Pessoas (SupGp) tem como foco ações buscando a eficiência administrativa e o bem-estar dos servidores. No biênio 2023-2024, destaca-se, entre outras as atividades desenvolvidas pelo setor, o Curso de Pós-graduação em Gestão Pública e Sustentabilidade Social para Mulheres, realizado em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

A iniciativa foi promovida sem custos para a Alepe, em parceria com a Faculdade Novo Horizonte e beneficiou 120 mulheres, entre servidoras da Casa e de outros órgãos públicos, promovendo capacitação e inclusão. Essa ação teve como objetivo promover o empoderamento feminino e a capacitação profissional, reforçando o compromisso da SupGP com a inclusão e o desenvolvimento social.

Foram realizadas ainda, especialmente em datas comemorativas, ações voltadas ao bem-estar e integração no ambiente de trabalho, com eventos que fortaleceram os laços institucionais e contribuíram para um clima organizacional mais saudável. A Superintendência marcou presença em atividades promovidas pela Alepe, incentivando o crescimento pessoal e coletivo dos servidores e fortalecendo sua imagem institucional.

Além disso, foram implementadas regras claras para fluxos administrativos e horários de trabalho. E um procedimento foi implantado para acompanhar os processos de servidores à disposição, considerando as particularidades de cada convênio.

A SupGP regularizou também o contrato do sistema de folha de pagamento, que estava inadimplente, e atualizou os envios ao eSocial, antes pendentes desde 2022. Essas ações asseguraram conformidade legal e maior credibilidade institucional. Além disso, uma ferramenta digital foi integrada ao *Alepe Trâmite*, otimizando a gestão de atividades dos gabinetes, como nomeações e exonerações.

A SupGP ainda procedeu à implantação de reajustes salariais em 2023 e 2024 e o pagamento das licenças-prêmio. Por fim, ressalta-se que novos computadores foram adquiridos para o setor, substituindo equipamentos obsoletos.


Abril
Azul
na Alepe
2024
Instituto do Autismo
ELEPE
ALEPE
SOLIDÁRIA,
SUSTENTÁVEL
E INCLUSIVA
189
ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A Casa do Povo Pernambucano
Abril
Azul
na Alepe
2024



SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO (SUPLAG)

A Superintendência de Planejamento e Gestão (Suplag) tem como apoio fundamental no desenvolvimento de suas atividades o Departamento de Contabilidade (DCO) e o Departamento de Gestão Financeira (DGF).

As principais atividades executadas pelos setores são: elaboração e análise de balancete contábil; projeção de despesas, permitindo análise sobre a necessidade de ajustes no orçamento da Alepe; elaboração quadrimestral do Relatório de Gestão Fiscal; pagamento dos consignados da folha de pessoal ativo e inativo; recolhimento das retenções efetuadas nos empenhos (INSS, ISS, Funafin, Imposto de Renda); e os pagamentos de todos os serviços contratados pela Alepe.

O DCO ainda realiza a análise de retenções de impostos e enquadramentos tributários no âmbito dos contratos celebrados pela Alepe; o registro da movimentação patrimonial, orçamentária e financeira; bem como realização dos ajustes contábeis necessários para a conciliação de contas no sistema e-Fisco, da Secretaria da Fazenda de Pernambuco. No biênio 2023-2024 foram realizadas, aproximadamente, 11 mil liquidações.

De acordo com o Departamento de Gestão Financeira, o biênio transcorreu dentro da programação financeira planejada: 99% dos pagamentos foram realizados pelo setor através de ordem bancária, dentro da funcionalidade do Sistema e-Fisco. A excelência do trabalho realizado pela Suplag na gestão da receita (duodécimo) pode ser comprovada por meio dos investimentos realizados pela Alepe.



SUPERINTENDÊNCIA DE SAÚDE E MEDICINA OCUPACIONAL (SSMO)

A Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional (SSMO) se dedica a promover o bem-estar dos servidores da Alepe e da população pernambucana. Entre suas atribuições, destacam-se a assistência médica, odontológica e psicológica, além da realização de campanhas preventivas e ações de saúde pública.

No biênio 2023-2024, a SSMO consolidou sua atuação com a ampliação de serviços, modernização da estrutura e incremento nos atendimentos. Consultas, exames, serviços de pronto atendimento e procedimentos especializados totalizaram mais de 125 mil atendimentos no período.

Além disso, o programa *Alepe Cuida*, que leva serviços de saúde e cidadania para todo o Estado, beneficiou 20,5 mil pessoas no Recife e 51,3 mil em outros 17 municípios. Esses números se somam aos de outras campanhas, a exemplo da *Alepe Mulher Saúde* (5,9 mil) e da *Maio Verde* (300).

Outras iniciativas, como o mutirão de oftalmologia na *Semana de Combate ao Glaucoma*,



campanhas de doação de sangue e de vacinação contra influenza e covid beneficiaram centenas de pessoas. E as ações educativas, como a palestra sobre tabagismo e a campanha *Setembro Amarelo*, reforçaram o compromisso com a prevenção.

Entre os avanços estruturais e novos serviços implantados, destacam-se a reabertura do serviço de fisioterapia, com duplicação da capacidade de atendimento; a criação de uma Sala de Apoio à Amamentação, já em uso por servidoras e deputadas da Casa; e a implementação de atendimentos em geriatria e ambulatórios de enfermagem e pé diabético. Além da reestruturação do Centro Médico, também houve uma modernização da Central de Agendamentos, otimizando o acesso aos serviços de saúde.

No período, a SSMO firmou parcerias estratégicas com instituições como o Tribunal de Justiça de Pernambuco, o Sebrae e a Fundação Altino Ventura, reforçando a capacidade técnica e ampliando os impactos sociais das ações.

SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (STI)

Responsável, dentre uma série de outras atribuições, pela implementação de políticas de modernização administrativa e legislativa na área de Tecnologia da Informação, a STI teve as seguintes ações de destaque no biênio 2023-2024: aquisição de 450 novos computadores voltados à modernização do parque tecnológico da Alepe; instalação de telões de *LED* no Plenário e no Auditório Sérgio Guerra, assim como de novos terminais de votação para os parlamentares no Plenário.

No campo administrativo, a Superintendência de Tecnologia da Informação atuou em prol da modernização da sistemática de nomeações, exonerações e alteração de gratificação dos servidores; adotou melhorias nos sistemas de solicitação de diárias e passagens aéreas e também na tramitação de ofícios normais e circulares; e promoveu adequações gerais para melhor adesão da Casa à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

O setor ainda teve participação ativa na adoção de medidas voltadas à segurança na Alepe, com a implantação de um novo sistema de controle de acesso à Assembleia por meio da biometria facial e da instalação de câmeras e sala de monitoramento. O biênio também foi marcado pela colaboração da STI junto a diversas outras superintendências no desenvolvimento de sistemas de trabalho mais modernos e eficientes.


ALEPE
PRESENTES 00
AUSENTES 49
LICENCIADOS 00


SO DE
IENTO AO
LICO
2023
ESCOLA DO
LEGISLATIVO
188 anos
ALEPE

AUDITORIA (AUD)

Criada originalmente como Departamento Especial de Auditagem e Fiscalização, a Auditoria (AUD) da Assembleia Legislativa foi instituída pela Lei nº 12.766/2005. O setor tem como tarefa central exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, a adequação, a eficácia e a economicidade dos processos dos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial e operacional da Casa.

Composto por profissionais e estagiários das áreas de Administração de Empresas, Direito, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, o Departamento atua em parceria com todos os demais setores do Poder Legislativo e tem como finalidade orientar a administração no atendimento dos objetivos, e no cumprimento das diretrizes, dos planos e dos programas, observando sempre normas legais específicas.

Durante o biênio 2023-2024, a equipe analisou 1.807 processos de prestação de contas da cota parlamentar dos deputados estaduais, 120 processos de suprimento individual dos servidores, 295 processos licitatórios e também todos os pagamentos das despesas realizadas pela Assembleia Legislativa, antes da assinatura dos seus respectivos ordenadores, no quantitativo de 3.676 processos eletrônicos.

O setor também se preocupou em utilizar de forma adequada as informações confidenciais, observando todas as normas técnicas de auditoria, objetivando sempre proteger os interesses desta Casa Legislativa.

SUPERINTENDÊNCIA DE CERIMONIAL

O Cerimonial deste Poder Legislativo é responsável pela organização de uma série de atividades realizadas na Alepe, como reuniões solenes, homenagens a pessoas físicas e jurídicas, grandes expedientes especiais, entrega de *Título de Cidadão Pernambucano*, entrega de medalhas e outras distinções, cerimônias de posse, além de visitas oficiais e guiadas de estudantes e do público em geral.

Entre outras atividades, apoiamos a realização de audiências públicas, seminários, lançamento de livros, cultos ecumênicos e o lançamento de campanhas e projetos sociais da Alepe, como *Juntos nos Cuidamos, Setembro Amarelo, Alepe Acolhe, PedalAlepe* e demais iniciativas.

No biênio 2023-2024, o setor atuou em 450 eventos. Foram nove grandes expedientes especiais, 130 audiências públicas e 11 visitas oficiais de autoridades estrangeiras. O setor ainda foi responsável pelo cerimonial das 173 solenidades que aconteceram no Plenário e nos auditórios da Alepe nesse biênio, como concessões de *Título de Cidadão de Pernambuco*, homenagens a pessoas físicas e jurídicas e entrega de medalhas, prêmios e honrarias.

Ressaltem-se a solenidade de posse da governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, e da vice-governadora, Priscila Krause; a dos 49 deputados da 20ª Legislatura; e a dos deputados suplentes ao longo do período de vacância, assim como a entrega das medalhas comemorativas dos 200 anos da Confederação do Equador.

Nesses dois anos, o Cerimonial também colaborou com a organização de visitas guiadas de alunos de escolas públicas por meio do projeto *Conhecendo a Assembleia de Perto*. Ao todo, 77 escolas visitaram a Casa, com a presença de 1.775 alunos e professores. Durante o período, foram organizados ainda cinco velórios de personalidades do meio político e representante de movimentos sociais.

Registre-se ainda a participação do Cerimonial da Alepe na *27ª Conferência Nacional da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais* (Unale), em dezembro de 2024, no Rio de Janeiro. O trabalho do setor foi destaque nacional, com apresentações de palestras para todos os cerimonialistas brasileiros, por ocasião do *27º Congresso de Cerimonial do Brasil, em novembro de 2024*.



CONSULTORIA LEGISLATIVA (CONSULEG)

No biênio 2023-2024, a Consultoria Legislativa (Consuleg) prestou suporte técnico aos 49 parlamentares estaduais, tanto por meio da elaboração de produtos específicos quanto pelo assessoramento especializado para comissões e frentes parlamentares. Nesse período, foram entregues mais de 8 mil produtos, dentre eles minutas de parecer, de proposta de emenda à constituição (PEC), de projetos de lei e de resolução; de emendas; além de notas e estudos técnicos.

Uma conquista para o setor e para a Assembleia Legislativa como um todo, no ano de 2024, foi a retomada da publicação da *Revista de Estudos Legislativos*, interrompida durante a pandemia de Covid-19. Atualmente na 5ª edição, o periódico anual é composto por artigos redigidos por consultores e agentes legislativos, além de autores convidados, e aborda, em linguagem clara, temas atuais e relevantes.

Também nesse biênio, o corpo técnico da Consultoria manteve a produção de informativos e boletins. Entre eles, o *Informativo da Revisão do PPA 2025*; o *Informativo do PLDO 2025*; o I*nformativo do PLOA 2025*, assim como o *Boletim do PLDO 2025* e o *Boletim do PLOA 2025*.

Destacam-se, ainda, as contribuições técnicas prestadas à Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial, à Frente Parlamentar em Defesa da Ferrovia Transnordestina no estado de Pernambuco e à Frente Parlamentar em Defesa da Primeira Infância.


AUDITÓRIO
SENADOR SÉRGIO
ESTUDOS LEGISLATIVOS


ESTUDOS LEGISLATIVOS

ESCOLA DO LEGISLATIVO (ELEPE)

Responsável pela promoção do desenvolvimento profissional dos colaboradores da Alepe por meio de cursos e capacitações, a Escola do Legislativo teve um biênio 2023-2024 repleto de atividades. No decorrer do período, foram formadas e concluídas 70 turmas, gerando certificações para pouco mais de 7,5 mil alunos, entre servidores e parlamentares da Alepe e o público em geral.

As capacitações, aplicadas nos formatos remoto e presencial, abordaram temas como: inglês básico, direção defensiva, Libras, atendimento ao público, cuidado com idosos, redação oficial, inteligência emocional, fotografia em *smartphones*, comunicação e oratória, conservação e limpeza, entre outros.

Além disso, a Elepe também esteve à frente do *Programa de Fortalecimento das Câmaras Municipais*. Realizada em parceria com o Senado Federal, a ação promoveu capacitações em gestão pública junto a vereadores, gestores e assessores de casas legislativas e poderes executivos municipais de cidades de todas as 12 regiões administrativas de Pernambuco.

A Escola do Legislativo também envolveu-se diretamente na organização de oficinas e palestras e no evento da *Jornada Alepe Antirracista*, que trouxe um ciclo de importantes debates sobre o racismo para a Casa Joaquim Nabuco. O biênio ainda foi marcado pelo fortalecimento de parcerias institucionais e pela inauguração da nova sede da Elepe.


onal
PROGRAMA DE
Fortalecime
das Câmara
Municipais



OUVIDORIA (OUVLEG)

Parte integrante do monitoramento e gestão da informação da Alepe, a Ouvidoria (OuvLeg) deu prosseguimento, no biênio 2023-2024, à promoção de ações voltadas ao exercício da cidadania, ouvindo o cidadão e incentivando a sua participação.

Ao longo desse período, o setor destaca a instituição da Política de Proteção de Dados Pessoais e a inauguração do posto do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no térreo do Anexo I da Alepe. Além disso, o corpo técnico da Ouvidoria também esteve presente em palestras e seminários, integrou a coordenação da Rede Ouvir/PE e participou de reuniões com as demais superintendências da Casa, cujo foco foram deliberações em torno de políticas ainda mais transparentes.

De acordo com levantamento do setor, no biênio 2023-2024 foram registradas 977 manifestações do público, das quais 517 representaram pedidos de acesso à informação. Entre os temas de maior interesse, destaque para consultas a respeito da legislação produzida na Alepe e da previsão da realização de concurso público na Casa.


Serviço de
Informações
ao Cidadão
SIC


RECEPÇÃO VISITANTE
OUVIDORIA DA ALEPE
Serviço de
Informações
ao Cidadão
SIC
ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A Casa do Povo Pernambucano

PROCURADORIA-GERAL (PGLEG)

A Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa de Pernambuco (PGLeg), nos exercícios de 2023 e 2024, representou e acompanhou o Poder Legislativo do Estado em 50 processos, distribuídos no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal de Justiça de Pernambuco, Tribunal Regional do Trabalho e Primeiras Instâncias.

Em meio às ações realizadas nos processos acima citados, este órgão jurídico promoveu a interposição de recursos e a prestação de informações em sede de nove Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins), em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Além disso, atuou em quatro ações ordinárias, uma tutela antecipada, uma ação penal, um cumprimento de sentença, quatro ações populares, uma execução de título extrajudicial, uma cautelar inominada, dois mandados de injunção, seis apelações, um incidente de arguição de inconstitucionalidade e dois mandados de segurança.

No que diz respeito à atividade consultiva, é relevante pontuar a prestação de assessoria técnico-jurídica à Mesa Diretora, Presidência, Primeira-Secretaria, Comissões Permanentes e Temporárias, Superintendência Geral e demais superintendências, assim como aos deputados e demais departamentos, especialmente na solução de impasses jurídicos e, sobretudo, na elaboração de normas legais, regulamentares e demais atos administrativos emanados da Assembleia Legislativa. Registre-se também a participação efetiva em comissões afetas ao funcionamento da Assembleia Legislativa e a assessoria técnico-jurídica à AlepPrev.

Desse modo, foram proferidos 2.806 pareceres jurídicos no biênio 2023-2024 em procedimentos administrativos, funcionais e licitatórios. Vale salientar que as análises jurídicas compreenderam procedimentos licitatórios, dispensa, inexigibilidade, convênios e a emissão de Comunicações Internas (CIs).

No âmbito interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco, houve a confecção e expedição de 196 ofícios direcionados aos demais órgãos integrantes deste Poder e, também, para os demais entes da Administração Pública de outros poderes. Com relação às atribuições desempenhadas pela Procuradoria de Sistematização da Legislação Estadual, órgão integrante desta estrutura, cabe registrar: atualização e conferência de leis estaduais no Sistema Alepe Legis; atualização e conferência das Adins no Sistema Alepe Legis e pareceres com tema específico desta Procuradoria de Sistematização da Legislação Estadual.


ALEPE
A Casa do Povo

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA (SEGMD)

A Secretaria Geral da Mesa Diretora (SEGMD) é responsável por assessorar a Presidência, a Mesa Diretora e as Comissões Permanentes e Temporárias para o pleno exercício de suas funções, assim como acompanhar e sistematizar os resultados de projetos, de modo a contribuir para que o Poder Legislativo desempenhe adequadamente sua missão institucional.

De acordo com levantamento realizado pelo setor, no biênio 2023-2024 tramitaram 17.128 proposições na Assembleia Legislativa de Pernambuco, entre indicações, requerimentos, projetos, emendas, vetos e substitutivos. Ao longo do período, a Casa sancionou e promulgou 622 leis ordinárias, 38 leis complementares, 151 resoluções, nove emendas constitucionais e dois decretos legislativos, resultando 822 proposições aprovadas.

A Secretaria Geral ainda contabilizou a realização de 410 reuniões, sendo 234 de caráter ordinário, 25 extraordinárias, 147 solenes, duas preparatórias e duas reuniões de instalação.


ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RECIFE, 2 DE DEZEMBRO DE 2024
11ª REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA
ABIMAEL SANTOS PL
ADALTO SANTOS PP
AGLAILSON VICTOR PSB
ÁLVARO PORTO PSDB
ANTONIO COELHO UNIÃO
ANTONIO MORAES PP
CLAUDIANO MARTINS FILHO PP
CLÉBER CHAPARRAL UNIÃO
CORONEL ALBERTO FEITOSA PL
DANI PORTELA PSOL
DANNILO GODOY
DÉBORA ALMEIDA
DELEGADA GLEIDE
DIOGO MORAES PSB
DORIEL BARROS
ERIBERTO FILHO
FABRIZIO FERRAZ
FRANCE HACKER
FRANCISMAR PONTES
GILMAR JÚNIOR
GUSTAVO GOUVEIA
HENRIQUE QUEIROZ FILHO PP
IZAÍAS RÉGIS
MDB
PP
PV
PT
PCdoB
PRD
PV
PL
PSB
PP
SD
SD
REPUB
PL
PP
PL

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SCOM)

A Superintendência de Comunicação (Scom) trabalha para divulgar aos cidadãos as atividades desenvolvidas pela Alepe, atendendo ao princípio constitucional da transparência. No biênio 2023-2024, o setor reforçou esse compromisso, com a ampliação de produtos e serviços.

Neste período, a TV Alepe expandiu o número de retransmissoras no Estado, chegando a 119 municípios, além do distrito de Fernando de Noronha. Outras 18 cidades poderão ter a estrutura necessária para receber o sinal em 2025.

Já as transmissões ao vivo das atividades legislativas subiram de 411 horas, em 2023, para 550 horas no ano seguinte, em TV aberta e no YouTube. O canal da Alepe nesta rede alcançou a marca de 10 mil inscritos.

Novos produtos foram lançados, como o videocast *Fala Alepe!* e o podcast *Sagas Pernambucanas: Confederação do Equador*. Também avançaram os processos de operação do canal FM da Rádio Alepe, consignado em 2015, e de contratação da plataforma Radioweb, para instalação de uma rádio *online* corporativa.

Por sua vez, as redes sociais da instituição atingiram mais de 7,4 milhões de visualizações de conteúdo no Facebook, TikTok e Instagram. Só nesta última rede foram 208 mil interações em publicações e 2,6 mil atendimentos, com alcance médio de 1,3 milhão de pessoas por ano.

O *site* da Alepe, que reúne textos e fotos sobre atividades legislativas e institucionais, inclusive o *Diário Oficial*, foi abastecido com mais de 600 matérias jornalísticas e 20 mil fotografias em cada ano. Ao longo do biênio 2023-2024, o site atingiu 3 milhões de visualizações, alcançando mais de 612 mil usuários. E teve os conteúdos reaproveitados por inúmeros outros *sites*, redes sociais e *blogs* de política.

A criação do Departamento de Relações Públicas, em 2023, marcou a centralização da comunicação institucional da Alepe aos cuidados da Scom. Em dois anos, foram 153 campanhas e ações. O trabalho de assessoria de imprensa gerou, só em 2024, mais de 533 publicações em veículos de comunicação externos. Esse número corresponde a cerca de R$ 4,6 milhões em mídia orgânica.

Atenta à aproximação da Alepe com todos os públicos, a Scom também esteve à frente da *Coleção Alepinha Literária*, um conjunto de livros destinado às crianças. As obras abordam temas como cidadania, representatividade e funções do Poder Legislativo.


189
ANOS
1835


QUEM MORA NO PALÁCIO AZUL?
Alepinha
ALEPE SOLIDÁRIA, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA
ALEPE
A Casa do Povo Pernambucano
QUEM MORA NO PALÁCIO AZUL?



SUPERINTENDÊNCIA DE INTELIGÊNCIA LEGISLATIVA (SUINT)

A Superintendência de Inteligência Legislativa (Suint) foi criada por lei específica e é composta por delegados, agentes e escrivães de polícia cedidos ao Poder Legislativo, além de policiais legislativos oriundos da própria Assembleia Legislativa de Pernambuco. No biênio 2023-2024, o setor passou por uma reformulação significativa com o objetivo de torná-lo mais operacional e moderno, visando atender parlamentares, servidores da Alepe e a população de forma mais efetiva.

Entre as principais inovações implementadas no período, podemos destacar: registro de boletim de ocorrência eletrônico, com sistema obtido junto à Secretaria de Defesa Social; investigações especializadas, com foco em crimes cometidos contra parlamentares e servidores, bem como ocorrências nos prédios da Alepe; e emissão de carteiras de identidade a partir da coleta de dados biométricos para confecção dos documentos, num trabalho realizado em parceria com o Instituto de Identificação Tavares Buril (IITB).



As ações realizadas resultaram em números expressivos, com a emissão de 135 boletins de ocorrência e 1.560 carteiras de identidade. A Suint também participou de iniciativas sociais promovidas pela Casa, como o programa *Alepe Cuida* e a ação *Juntos nos Cuidamos*. Além disso, foram realizadas investigações preliminares que culminaram na identificação e responsabilização de autores de crimes, principalmente digitais, promovendo maior segurança na Alepe.

Outro destaque foi a disponibilização de efetivo policial civil em regime de sobreaviso, permitindo atendimento fora do horário de expediente. Durante o período eleitoral, equipes foram mobilizadas para acompanhar ações das entidades de segurança pública, assegurando a lisura do processo.

Por fim, uma lei específica permitiu que a Suint, em conjunto com a Superintendência Militar da Alepe, pudesse atender às solicitações de escoltas e acompanhamentos de segurança aos parlamentares em casos determinados.

SUPERINTENDÊNCIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO LEGISLATIVO (SPPHLEG)

A Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo (SPPHLEG) reafirmou, no biênio 2023-2024, seu compromisso com a memória legislativa da Alepe, priorizando aspectos relacionados à inovação, sustentabilidade e à melhoria de acesso ao acervo histórico.

Visando preservar e democratizar o patrimônio da Alepe, a SPPHLEG realizou, ao longo do período, ações de capacitação, catalogação, restauração, atendimento ao público, inovação — com a implantação do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) —, e modernização, esta última por meio da criação de uma nova sede para o arquivo e do início do processo de restauração do Palácio Joaquim Nabuco.

Também destacam-se, nesse biênio, as seguintes atividades: reintegração do acervo da Alepe (volumes históricos do Diário Oficial), gestão de rotina, visitas técnicas, reestruturação interna, produção de conteúdo e a organização do *Seminário 200 Anos da Constituição do Império*.


189
ANOS
1835-2024
ALEPE
AUDITÓRIO
SENADOR SÉRGIO GUERRA
ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A Casa do Povo Pernambucano


189
ANOS
AUDITÓRIO
SENADOR SÉRGIO GUERRA
ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO

SUPERINTENDÊNCIA MILITAR E DE SEGURANÇA LEGISLATIVA (SMSEG)

A estrutura organizacional da Superintendência Militar e de Segurança Legislativa (SMSEG) está prevista no art. 10 da Lei nº 15.161/13. O setor está subordinado à Presidência da Alepe, com a competência de assegurar um ambiente de segurança física e institucional suficiente para o funcionamento eficiente do Poder Legislativo Estadual, desenvolvendo várias atribuições.

No biênio 2023-2024, a SMSeg adotou ações de segurança em diversos eventos ocorridos na Alepe, tais quais: *Alepe Cuida, Juntos nos Cuidamos* (*Outubro Rosa* e *Novembro Azul*), *PedalAlepe*, dentre outras ações atípicas, que necessitaram de uma dinâmica operacional distinta.

De forma alinhada à gestão estratégica da Casa, os resultados apresentados concretizam, em certa escala, a dinâmica administrativa da SMSeg no biênio 2023-2024, cujo foco foram as ações que priorizassem a segurança legislativa, o aumento da produtividade, a eficácia e a qualidade no atendimento à sociedade.

Em reuniões realizadas ao longo do biênio, os oficiais desta Superintendência deliberaram sobre indicadores, metas e iniciativas, bem como emitiram orientações e recomendações às ações implementadas no serviço operacional da Alepe, visando a garantia do pleno cumprimento das atribuições da SMSeg.

Muitos foram os desafios e as conquistas desse período, tendo como foco a implementação de uma política de segurança ainda mais eficaz na Alepe. O êxito nos trabalhos desenvolvidos pela Superintendência Militar decorre de uma atuação integrada e colaborativa, e os resultados apresentados demonstram o elevado grau de comprometimento dos militares que compõem o setor.





SUPERINTENDÊNCIA PARLAMENTAR (SPAR)



Subordinada à Presidência da Alepe, a Superintendência Parlamentar tem como atribuições: assessorar a Presidência nas relações institucionais com os Poderes Executivo e Judiciário, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público do Estado.

O setor ainda é responsável por dar assistência funcional aos parlamentares e por providenciar a inscrição dos deputados estaduais nos seminários da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).


ALEPECUIDA
Programa itinerante de saúde e bem-estar social
ALEPE



ALEPE CUIDA












DEFENSORIA PÚBLICA







DESTAQUE

ALEPE CUIDA

Ação de assistência cidadã gratuita à população pernambucana, o programa Alepe Cuida completou um ano em novembro de 2024, registrando mais de 70 mil atendimentos. Desde a primeira edição, em Ipojuca, na Região Metropolitana do Recife (RMR), até a chegada ao município sertanejo de Petrolina, no final de 2024, a iniciativa já passou por 18 cidades de todas as regiões do Estado.

Entre os serviços de saúde oferecidos, estão consultas médicas e odontológicas, vacinação, exames de imagem e testagem para doenças. Já os atendimentos de cidadania incluem orientação jurídica, emissão de documentos, instruções para microempreendedores individuais, além de atividades educativas.

Promovida pela Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional (SSMO) da Alepe, a iniciativa tornou-se política permanente da Casa, em setembro, com a aprovação da Resolução n° 2016/2024. Também neste ano, o *Alepe Cuida* foi finalista do *Prêmio Assembleia Cidadã*, promovido pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

PARCEIROS

O programa conta com parceiros como o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Defensoria Pública, a Secretaria de Defesa Social/Instituto Tavares Buril, o Departamento de Trânsito (Detran), o Banco do Nordeste (BNB), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço de Proteção ao Consumidor (Procon), a Neoenergia Pernambuco, o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) e a Fundação Altino Ventura.


09:50:48



COMISSÕES PARLAMENTARES



COMISSÃO PARLAMENTAR
CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), em cumprimento ao seu papel regimental, desempenhou um papel fundamental na análise e no aprimoramento da legislação pernambucana, garantindo a sua conformidade com a Constituição Federal e a Constituição Estadual.

Ao longo do biênio 2023-2024, sob a presidência de Antônio Moraes (PP), a CCLJ realizou 79 reuniões ordinárias e extraordinárias, demonstrando um intenso trabalho de análise e discussão das proposições legislativas submetidas à Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Nessas reuniões, foram apreciadas e votadas 1.158 proposições, abrangendo uma vasta gama de temas de relevância para a sociedade.

A fim de garantir a qualidade e a profundidade das análises, a Comissão de Justiça convidou com frequência representantes do Poder Executivo e de demais órgãos competentes para prestar esclarecimentos sobre as matérias em discussão. Essa prática permitiu um diálogo mais aprofundado entre os poderes e contribuiu para a implementação de políticas públicas mais precisas e adequadas às necessidades da população.

NÚMEROS

79 Reuniões realizadas

04 Audiências públicas realizadas

2.441 Projetos distribuídos

1.158 Projetos votados

1.141 Projetos aprovados

17 Projetos rejeitados

COMISSÃO PARLAMENTAR

FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

A Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação (CFOT) desempenha uma função essencial no processo legislativo estadual, com competência para analisar, emitir pareceres e acompanhar as proposições relacionadas às finanças públicas, orçamento e tributação. Entre suas principais atribuições, destaca-se a emissão de pareceres sobre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), além da fiscalização da execução orçamentária e da avaliação das contas prestadas pelas autoridades públicas.

No biênio 2023-2024, o colegiado presidido por Débora Almeida (PSDB) concentrou esforços na análise detalhada das propostas orçamentárias e tributárias apresentadas, com o objetivo de garantir a adequação das políticas fiscais às necessidades do Estado e ao cumprimento das normas de responsabilidade fiscal. A Comissão de Finanças participou ativamente da revisão e aprovação de projetos de relevância estratégica para o desenvolvimento social e econômico de Pernambuco.

Ao decorrer desses dois últimos anos, a CFOT intensificou seus esforços no aprimoramento do acompanhamento sistemático da execução orçamentária das emendas, assegurando a correta aplicação dos recursos conforme os objetivos originalmente estabelecidos, bem como atuou na análise criteriosa dos remanejamentos orçamentários, garantindo a transparência e a



eficiência na alocação dos recursos públicos.

Além disso, atuou na fiscalização contínua da implementação dos projetos e programas financiados, a exemplo dos relatórios de acompanhamento de Execução das Emendas Parlamentares Impositivas. Essas ações visam assegurar que as emendas parlamentares contribuam efetivamente para o desenvolvimento do Estado.

Entre os destaques da Comissão de Finanças, estão as operações de créditos que autorizaram o Governo do Estado a captar recursos junto a bancos nacionais e internacionais; um programa de recuperação de créditos para estimular o empreendedorismo em Pernambuco e uma introdução de alterações na tributação do ICMS, IPVA e ICD (PLO 1076/2023).

Teve ainda a autorização para reestruturação administrativa e financeira do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (Sassepe) (PLO 1481/2023); e a atualização dos critérios de distribuição, entre os municípios, da parcela do ICMS que lhes é destinada (PLO 1506/2023).

Outras proposições aprovadas foram a reestruturação na carreira dos militares do Estado e a determinação de providências correlatas, extinguindo as faixas salariais (PLC 1671/2024); e o reajuste do valor do piso salarial do professor da rede pública estadual de ensino (PLO 2052/2024), além da votação da Lei Orçamentária de 2024 e 2025 e do Plano Plurianual 2024-2027 e uma série de audiências públicas com representantes do Governo Estadual.

As atividades da Comissão ao longo do biênio reforçam seu compromisso com a promoção de uma gestão pública eficiente, transparente e voltada para o equilíbrio fiscal. O trabalho realizado pela CFOT contribuiu significativamente para a consolidação de uma política orçamentária e tributária alinhada aos princípios constitucionais e à melhoria contínua das condições de vida da população pernambucana.

NÚMEROS

58 Reuniões ordinárias realizadas

11 Audiências públicas realizadas

12 Reuniões extraordinárias realizadas

839 Proposições recebidas e distribuídas

312 Proposições discutidas

COMISSÃO PARLAMENTAR
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Comissão de Administração Pública (CAP) encerra o biênio 2023-2024 somando resultados positivos, discutindo e aprovando diversos projetos de interesse do povo pernambucano. O colegiado realizou 60 reuniões ordinárias, quatro reuniões extraordinárias e nove audiências públicas.

Com base em suas atribuições regimentais, a CAP realizou a análise do mérito das proposições distribuídas ao colegiado. As discussões comandadas pelo deputado Joaquim Lira (PV) buscaram sempre melhorar a aplicabilidade e aperfeiçoar as redações apresentadas. O trabalho do biênio foi realizado em conjunto com as demais comissões e sempre priorizando o diálogo com a sociedade civil.

No biênio, a comissão distribuiu 2.330 proposições e discutiu 1.034. Foram 894 pareceres pela aprovação e três pela rejeição. 37 proposições foram retiradas de pauta, e 10 tiveram pedido de vista concedido.

Ao longo desses dois anos, a comissão apresentou 91 substitutivos, 10 emendas e uma subemenda, buscando aperfeiçoar as redações apresentadas e garantir a aplicabilidade dos textos. Além disso, dentre os diversos projetos discutidos é possível destacar o Projeto de Lei Ordinária nº 2084/2024, de autoria do deputado Izaías Régis (PSDB), que tinha como objetivo dispor sobre a vedação da cláusula de barreira nos concursos públicos no Estado. Após ouvir representantes



e comissões de concursos, o projeto foi aprovado com a apresentação de um substitutivo pelo colegiado.

Outro projeto discutido foi o de Lei Complementar n° 1.671/2024, que extinguiu de forma escalonada, até 2026, as faixas salariais em vigor nas carreiras militares do estado de Pernambuco. Uma audiência pública foi realizada pelo colegiado para debater o tema.

Sempre priorizando o diálogo, o colegiado atuou com transparência na análise do mérito das proposições e na elaboração de leis aplicáveis e benéficas ao povo pernambucano.

Diversos temas foram abordados nas nove audiências públicas realizadas: gestão compartilhada de Fernando de Noronha, reajuste para os profissionais de educação, situação administrativa e financeira do Sassepe, reestruturação do plano de cargos e carreiras e vencimentos dos servidores da UPE, crescente incidência de crimes relacionados ao roubo e furtos de cabos e fios metálicos, fim das faixas salariais na carreira dos militares, dentre outros assuntos.

O colegiado recebeu autoridades para prestar esclarecimentos. O diretor-presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), Alex Machado Campos, compareceu para tratar de uma possível mudança na gestão dos serviços da empresa. A diretora-presidente da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), por sua vez, também foi recebida para apresentar o Balanço da Gestão 2023 e 2024 da agência.

NÚMEROS

60 Reuniões ordinárias realizadas

04 Reuniões extraordinárias realizadas

09 Audiências públicas realizadas

2.330 Proposições recebidas e distribuídas

1.034 Proposições discutidas

COMISSÃO PARLAMENTAR
ASSUNTOS MUNICIPAIS

A Comissão de Assuntos Municipais realizou uma série de reuniões ordinárias, extraordinárias, audiências públicas e discussões sobre temas ligados às atribuições regimentais do colegiado.

Sob o comando de José Patriota (PSB) – falecido em 17 de setembro de 2024 – e, depois, de Diogo Moraes (PSB), o colegiado acompanhou ações e programas governamentais para a melhoria dos serviços, equipamentos e infraestrutura dos municípios, bem como da prestação de contas da qualidade de serviços realizados nos municípios que contaram com a parceria do Estado.

Como destaque na área legislativa, vale ressaltar a apresentação do projeto de iniciativa da Comissão de Assuntos Municipais (Projeto de Lei Ordinária nº 1.653/2024), que dispõe sobre a divisão administrativa do estado de Pernambuco, para promover correções nos limites dos municípios de Venturosa e Alagoinha.

A Comissão tem conduzido todos os temas que envolvem os municípios inter-relacionados ao Estado dentro da esfera de sua competência, preceituada nos art. 97 e art. 103 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco, inclusive com a realização de debates sobre os assuntos pertinentes, seja por requisição de parlamentares da Casa de Joaquim Nabuco, seja por demanda da sociedade ou por iniciativa da própria Comissão.

Por fim, ao longo do semestre, procurou cumprir com a sua missão regimental através de um trabalho incessante, abordando simultaneamente várias questões que afetam o desenvolvimento e a organização dos municípios e da sociedade do estado de Pernambuco.

NÚMEROS

23 Reuniões realizadas

08 Audiências públicas realizadas

241 Projetos recebidos

87 Projetos aprovados


09:53:17

COMISSÃO PARLAMENTAR
EDUCAÇÃO E CULTURA

A Comissão de Educação e Cultura (CEC) realizou um conjunto significativo de atividades ao longo do biênio 2023-2024, demonstrando seu compromisso com a transparência e com a função fiscalizadora inerente ao Poder Legislativo. Foram promovidas 31 reuniões ordinárias, duas reuniões extraordinárias, três escutas da sociedade civil organizada, 13 audiências públicas, duas visitas técnicas ao Colégio de Aplicação do Recife, além de um encontro nacional para debater a violência no ambiente escolar. Essas ações fortaleceram o diálogo entre o Legislativo e a sociedade. No total, foram distribuídos 1.046 projetos e discutidos 522.

No âmbito do reconhecimento cultural, a Comissão presidida por Waldemar Borges (PSB) indicou a candidatura da Banda de Pífanos Dois Irmãos ao *19º Concurso de Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco* (RPVPE), reforçando a valorização do patrimônio imaterial do Estado. Além disso, o *Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca*, promovido pelo colegiado, destacou a importância do incentivo à leitura e ao desenvolvimento educacional, reconhecendo os municípios de Caruaru, Macaparana, Afogados da Ingazeira e Panelas, como vencedores por suas iniciativas exemplares.

No exercício de sua função fiscalizadora, a CEC apresentou três pedidos de informação ao Governo do Estado. Destaque para o Requerimento nº 2.110/2024 que abordou a inexigibilidade na contratação da Associação do Nordeste das Distribuidoras e Editoras de Livros (Andelivros) e a autoria do *Projeto Circuito Literário de Pernambuco* (Clipe). A solicitação de esclarecimentos



evidencia o compromisso da Comissão com a transparência na gestão pública e com a correta aplicação dos recursos públicos, promovendo o controle e a prestação de contas perante a sociedade.

Por fim, a CEC convocou duas reuniões extraordinárias para receber a secretária de Educação e Esportes de Pernambuco, Ivaneide Dantas, em 2023, e o secretário Alexandre Schneider, em 2024. Ambos apresentaram o Relatório de Indicadores dos anos de 2022 e 2023, em conformidade com as exigências da Lei de Responsabilidade Educacional. Essas iniciativas reforçam a atuação vigilante do Legislativo, ao assegurar a transparência dos resultados educacionais e a avaliação contínua das políticas públicas implementadas.

Dessa forma, as ações da Comissão de Educação e Cultura refletem o compromisso com a participação social, a fiscalização responsável e a promoção da transparência como pilares essenciais para o aprimoramento da Educação e da Cultura em Pernambuco.

NÚMEROS

31 Reuniões ordinárias realizadas

13 Audiências públicas realizadas

02 Reuniões extraordinárias realizadas

02 Requerimentos de pedidos de informação

02 Indicações ao *Concurso do Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco*

01 *Encontro Nacional sobre Violência no Ambiente Escolar*

02 Visitas técnicas

02 Edições do *Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca*

03 Reuniões de escuta da sociedade

COMISSÃO PARLAMENTAR
ESPORTE E LAZER

Neste biênio de 2023-2024, a Comissão de Esporte e Lazer realizou 13 reuniões, sendo 12 ordinárias e uma extraordinária, nas quais foram aprovados 60 projetos de lei que tratavam de questões relativas ao seu escopo regimental de atuação: promoção de práticas esportivas, atividades de lazer ativo, contemplativo e recreação; práticas de educação física, esporte e lazer para pessoas com deficiência; apreciação, monitoramento e avaliação da Política Estadual do Esporte e Lazer.

A Comissão de Esporte e Lazer promoveu três audiências públicas. Dentre os temas tratados: os esportes equestres; as políticas públicas para os esportes; e a violência em dias de jogos de futebol em Pernambuco. Esses eventos tiveram a participação de representantes dos poderes



Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal; das instituições acadêmicas; de diversos setores econômicos; de representação de vários esportes e respectivos conselhos e associações.

O colegiado presidido pelo Pastor Júnior Tércio (PP) realizou uma visita técnica à Federação Pernambucana de Futebol, que teve como finalidade debater a situação dos clubes de futebol de Pernambuco. Outra visita realizada foi ao Conselho Regional de Educação Física, com a presença de várias associações e federações de esportes. Além de ter tido a honra de ser visitada pela Escolinha de Futebol Falcão Real, do município de Jaboatão dos Guararapes, quando foram apresentadas as funções do Poder Legislativo. Os jovens atletas tiveram a oportunidade de conhecer alguns setores desta Casa e tirar dúvidas com os parlamentares.

Ainda dentro do campo das atividades, o colegiado participou de vários eventos com outras instituições da área esportiva como: *Mostra MC.Metaverso Brasil*; inauguração do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e Criminal do Torcedor (JeteP); lançamento do *Programa Ativa Pernambuco* e do *Circuito Ativa PE*; lançamento do livro referente aos 20 anos do Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região/Pernambuco; lançamento dos *Jogos Escolares Brasileiro 2024* (JEBs); e a comemoração aos 50 anos do Parque e Centro Esportivo Santos Dumont.

NÚMEROS

13 Reuniões realizadas

03 Audiências públicas realizadas

03 Visitas técnicas realizadas

60 Projetos de lei aprovados

06 Participações em eventos externos

COMISSÃO PARLAMENTAR

MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL

No período do biênio 2023-2024, a Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal realizou 17 reuniões ordinárias e uma extraordinária. Nesses encontros, foram distribuídos 192 projetos de lei e aprovados 85. O colegiado presidido por Romero Sales Filho (União), sempre que considerou necessário, convidou representantes do Poder Executivo para participar de suas atividades.

A Comissão de Meio Ambiente promoveu, entre os anos de 2023 e 2024, sete audiências públicas sobre temas diversos e relevantes para a matéria ambiental. Dentre os assuntos debatidos, destacam-se: os impactos socioambientais dos parques eólicos, do canal do Fragoso, do Porto de Suape, da criação da Reserva de Vida Silvestre Tatu-bola; os desafios das mudanças climáticas; a engorda das praias, a desertificação da terra; e a privatização da Compesa.

Além disso, realizou duas edições da *Semana Mundial do Meio Ambiente*, uma em cada ano, marcadas por um calendário rico de atividades. Essas semanas incluíram visitas técnicas a importantes instituições, como à Central da Sustentabilidade de Ipojuca; ao trecho do Rio Tapacurá, em Vitória de Santo Antão; à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e à Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina; ao Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada, em Juazeiro (BA); e ao Instituto Serra Grande, em Serra Talhada.

Ainda dentro do campo das atividades, o colegiado promoveu encontros entre representantes de secretarias e outras ações do Executivo, visando estabelecer canais de diálogo entre deputados e assessores, além do acompanhamento do trâmite a fim de reforçar seu compromisso com a promoção do debate, a conscientização e a implementação de políticas públicas externas para a proteção do meio ambiente.

NÚMEROS

17 Reuniões realizadas

07 Audiências públicas realizadas

85 Projetos de lei aprovados

06 Visitas técnicas realizadas

01 Palestra realizada



COMISSÃO PARLAMENTAR

AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Durante o biênio 2023-2024, o colegiado realizou um intenso trabalho legislativo e de fiscalização, com destaque para a promoção de debates sobre temas cruciais para o setor agropecuário e o desenvolvimento rural de Pernambuco.

A Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural realizou 15 reuniões ordinárias, aprovando um total de 50 proposições. Esse número demonstra o compromisso dos membros em propor e aprovar legislações que atendam às demandas do setor.

Ao longo do período, a comissão se destacou por promover debates que contaram com a participação de diversos atores sociais. Entre os temas abordados, destaca-se uma audiência pública sobre o direito à alimentação escolar de qualidade, tanto no campo quanto na cidade. O encontro teve a participação de representantes do Poder Executivo (Secretaria Estadual de Educação), Ministério Público e movimentos sociais (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (Fetape)).



O colegiado comandado por Doriel Barros (PT) atuou como mediador em um conflito trabalhista, buscando soluções para as demissões compulsórias na Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart). Além disso, realizou uma audiência sobre a educação do campo que resultou na criação de um grupo de trabalho para o tema no Estado. Houve ainda o encaminhamento de um pedido de informações ao Governo Estadual sobre o descumprimento da Lei nº 11.947/2009, que trata da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar.

Os parlamentares debateram também temas como a violência contra a pessoa idosa no campo, a defesa da economia solidária, o combate à pulverização aérea de agrotóxicos e a importância da assistência técnica para os agricultores familiares.

A comissão demonstrou um forte compromisso com a interiorização das suas ações, realizando audiências públicas em diversos municípios do interior do Estado. Essa iniciativa permitiu um contato mais próximo com a realidade dos agricultores e demais atores do campo, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais adequadas.

Além disso, esteve presente em eventos agropecuários, como a *45ª ExpoCarpina*, oferecendo palestras e informações relevantes para a comunidade local.

NÚMEROS

15 Reuniões realizadas

10 Audiências públicas realizadas

50 Proposições aprovadas

01 Grupo de trabalho instituído

01 Encaminhamento de pedido de informação

01 Evento externo



COMISSÃO PARLAMENTAR
SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Durante o biênio de 2023-2024, a Comissão de Saúde e Assistência Social desempenhou um papel fundamental na formulação, discussão e aprovação de políticas públicas voltadas à melhoria da saúde em Pernambuco. Por meio de diversas iniciativas, incluindo audiências públicas e projetos de lei, a Comissão buscou promover o avanço da saúde pública no Estado, abordar questões urgentes e garantir o direito à saúde para todos os cidadãos.

A Comissão de Saúde, que teve Adalto Santos (PP) como presidente, realizou 19 audiências públicas entre 2023 e 2024, contando com a presença de autoridades e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de especialistas, profissionais da saúde e membros da sociedade civil.

As audiências foram um espaço essencial para discutir temas relevantes para a saúde pública e promover o diálogo entre diferentes setores da sociedade. Algumas das audiências de maior destaque foram: *Políticas Públicas para Crianças com Microcefalia, Crianças Atípicas e Neurodivergentes, suas Mães e Famílias*; *Tabagismo e Cigarro Eletrônico em Pernambuco: Uma Discussão sobre as Doenças Pulmonares e Saúde Pública*; *A Invisibilidade da Doença Celíaca no Estado de Pernambuco*; e *A Influência do Intervalo Bíblico na Saúde Emocional do Aluno.*

No decorrer do biênio, a Comissão Parlamentar de Saúde e Assistência Social realizou 25 reuniões ordinárias, em que discutiu e deliberou sobre diversos temas relacionados à saúde pública. Essas reuniões culminaram na aprovação de 263 projetos de lei, que abordaram várias áreas essenciais para a melhoria dos serviços de saúde e o bem-estar da população pernambucana.

A Comissão realizou, a cada ano, em média, 20 visitas institucionais a hospitais, fundações e outras unidades de saúde. Essas visitas tiveram o objetivo de fiscalizar as condições de atendimento, fazer a entrega de emendas parlamentares, verificar o funcionamento das unidades e garantir que os serviços prestados atendam aos padrões exigidos para a promoção da saúde pública.

NÚMEROS

25 Reuniões ordinárias realizadas

19 Audiências públicas realizadas

263 Proposições aprovadas

COMISSÃO PARLAMENTAR

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No período de 2023-2024, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação realizou 19 reuniões ordinárias. Nos encontros do colegiado, foram distribuídos 519 projetos de lei e 142 projetos discutidos e aprovados. Houve ainda a realização de uma audiência pública, solicitada pelo deputado Joel da Harpa (PL), com objetivo de debater: *A Exigência de Laudo Técnico Estrutural para instalação de Placas de Energia Solar em prédios e edificações no Estado de Pernambuco.*

Presidida pela deputada Simone Santana (PSB), a Comissão de Ciência e Tecnologia também realizou seis visitas técnicas. Numa delas, esteve presente a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, para a entrega de uma pauta específica para o segmento no Estado e troca de experiências. Em outro momento, teve uma ida à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) e uma série de encontros com a comunidade científica de Pernambuco.

Nessas visitas, o colegiado apresentou os seus objetivos, além de compartilhar experiências nas áreas de tecnologia e inovação, e, sobretudo, pôde conhecer trabalhos e programas desenvolvidos pela SECTI, que subsidiou a Comissão de Ciência e Tecnologia a desenvolver os seus trabalhos.

Após a pandemia, tanto em 2023 quanto em 2024, houve o retorno da homenagem póstuma aos Notáveis Cientistas de Pernambuco. Em reuniões solenes, o colegiado recebeu familiares, amigos, autoridades, comunidades científicas e alunos que vieram prestigiar o legado deixado por célebres pesquisadores pernambucanos.

Na ocasião, ocorreu o lançamento do livro *Notáveis Cientistas de Pernambuco,* que, posteriormente, foi distribuído a alunos e professores da Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano.

Destaque ainda para a reunião solene em homenagem aos 35 anos da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe), que apoia pesquisas científicas em várias regiões pernambucanas. A deputada Simone Santana (PSB), que preside o colegiado, participou da *21ª Semana de Ciência, Tecnologia e Inovação*, realizada pelo Governo Federal em Brasília.

NÚMEROS

19 Reuniões realizadas

01 Audiência pública realizada

519 Projetos de lei distribuídos

142 Projetos de lei discutidos e aprovados

06 Visitas técnicas realizadas


Rede Estadual
Rede Estadual
Rede Estadual

COMISSÃO PARLAMENTAR

CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

A Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (CCDHPP) realizou 24 reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias, nas quais foram aprovados 415 projetos de lei. O colegiado comandado por Dani Portela (PSOL), sempre que achou necessário, enviou pedidos de informações ao Poder Executivo estadual, a fim de sanar dúvidas e obter dados sobre temas relevantes para a sociedade.

A Comissão de Direitos Humanos também promoveu, em uma iniciativa pioneira, a escuta da população para o *Plano Plurianual de Pernambuco*, por meio de 13 seminários realizados em diversas regiões do Estado.

Durante esses encontros, foram debatidos temas relacionados ao Orçamento Público, como saúde, educação, segurança pública, agroecologia, cultura e direito à cidade. O objetivo desses seminários foi sistematizar as propostas da população e apresentá-las à governadora Raquel Lyra, resultando, também, na criação da cartilha intitulada *10 Questões que Você Precisa Saber sobre Orçamento Público: Caderno de Estudos*.

Além das análises de projetos que lhe competia, o colegiado realizou 17 audiências públicas em cidades como Recife, Caruaru e Jaqueira. Além disso, promoveu mais de 200 escutas da população pernambucana, com o objetivo de contribuir para a resolução de questões relacionadas à violência, violações de direitos humanos e à promoção da cidadania.

A CCDHPP, em parceria com a Escola do Legislativo (Elepe), lançou três cartilhas educativas da série *Educando para os Direitos Humanos*. A primeira delas, publicada em 2023, aborda os



Direitos Humanos no Cotidiano. A segunda e a terceira, lançadas em 2024, tratam dos *Direitos da População LGBTQIA+* e do *Combate ao Racismo*, respectivamente. Todas as cartilhas possuem caráter pedagógico, informativo e orientador.

A Comissão de Direitos Humanos, ao longo do biênio, ocupou assentos e participou efetivamente das reuniões do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT/PE), do Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH), da Comissão Estadual de Acompanhamento de Conflitos Agrários (CEACA/PE) e do Conselho Deliberativo do Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PEPDDH).

O grupo também promoveu o seminário *Todo Sagrado Deve Ser Respeitado: o Papel do Legislativo no Enfrentamento ao Racismo Religioso*, com a participação do deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ).

Ademais, foram realizadas diversas visitas técnicas para fiscalização de equipamentos como o Memorial da Democracia e o Arquivo Público Estadual, bem como para inspeção de unidades do Sistema Prisional e do Socioeducativo. Também foram acompanhadas obras que impactam diretamente a vida da população, como as do Canal do Fragoso.

Além disso, a Comissão visitou, *in loco*, comunidades que denunciam violações de direitos humanos, como o Pontal de Maracaípe; Mangue Seco; a comunidade do Bode, no Recife; as comunidades rurais das "terras da Usina Frei Caneca", no município de Jaqueira; entre outras.

NÚMEROS

24 Reuniões realizadas

17 Audiências públicas realizadas

415 Projetos de lei aprovados

31 Visitas realizadas

203 Escutas da população

COMISSÃO PARLAMENTAR

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

No biênio de 2023-2024, a Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo promoveu 21 reuniões ordinárias e uma extraordinária. Nesse período, foram aprovados 231 projetos de lei.

Houve ainda a realização de oito audiências públicas para debater diversos temas relacionados às atividades do colegiado. Destacaram-se: *Aspectos econômicos, financeiros e sociais das Feiras do Polo de Confecções do Agreste*, em Caruaru; *Tombamento das Ruínas do Sítio Histórico de São Bento*, em Abreu e Lima; *Novos investimentos e impactos socioambientais na região do Complexo Industrial e Portuário de Suape*, no Complexo de Suape; *Engorda das praias do Litoral Norte de Pernambuco*; *Produção de uvas, vinhos e o Enoturismo*, em Lagoa Grande; *Problemas e desafios no fornecimento de energia elétrica aos setores produtivos em Pernambuco*; e *Andamento das obras estruturantes em Pernambuco e o Programa Morar Bem Pernambuco*.

O colegiado dirigido por Mário Ricardo (Republicanos) instalou um grupo de trabalho para discutir as intervenções a serem realizadas na engorda das praias do Litoral Norte pernambucano, para que possamos aliar a preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico da região. O grupo teve origem na audiência pública de mesmo tema e contou com a participação das Prefeituras do Litoral Norte, Secretarias de Meio Ambiente e Turismo de Pernambuco, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, Ministério Público Estadual e Federal, Universidades Federal e Rural de Pernambuco, bem como entidades da sociedade civil. No encontro, ficou destacada a importância de se conhecer a realidade atual das regiões costeiras do Litoral Norte pernambucano, além da revisão de antigos projetos de recuperação de praias já existentes.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico promoveu ainda uma visita técnica ao Polo Automotivo da Jeep, em Goiana. No complexo, os membros do colegiado tiveram a oportunidade de conhecer a realidade do setor produtivo e sua importância para Pernambuco, além de ouvir as demandas apresentadas pelo grupo e conhecer de perto os processos produtivos. Foram discutidos temas como o desenvolvimento regional, a formação de mão de obra local, Arco Metropolitano, a geração de empregos, dentre outros temas relevantes

NÚMEROS

21 Reuniões realizadas

08 Audiências públicas realizadas

231 Projetos de lei aprovados

01 Visita realizada

01 Grupo de trabalho




BUNDESREPUBLIK DEUTSCH
GENERAL



COMISSÃO PARLAMENTAR
ASSUNTOS INTERNACIONAIS

A Comissão Assuntos Internacionais (CAI) tem como objetivo acompanhar e atrair ações consulares para o estado de Pernambuco, no âmbito do Poder Legislativo. Todos os assuntos com conotação, desdobramentos, inspiração, interesse ou consequência internacional são objetos de apreciação e iniciativa desta comissão. Está ainda sob sua responsabilidade, além da análise de projetos que lhe cabe apreciar, a coordenação das indicações e a escolha anual dos países agraciados com o *Prêmio Intencaional País Amigo de Pernambuco*.

A CAI enviou congratulações relativas a datas nacionais e eventos realizados por diversos consulados, tendo participado de vários eventos representando o Poder Legislativo. Dentre estes, Itália, Suécia, Portugal, Eslovênia, EUA, Cabo Verde, Venezuela, Colômbia, Argentina, França, Bélgica, Países Baixos, Suíça, Costa do Marfim, Equador, Chipre, Senegal, Uruguai, Guatemala, Honduras, Nicarágua, México, Malta, China, Alemanha, Espanha, Áustria, República Tcheca, Albânia, Finlândia e Japão.

O colegiado presidido por Lula Cabral (PSB) promoveu mais de dez visitas de cônsules e embaixadores à Assembleia Legislativa de Pernambuco e a consulados sediados no Estado, como, por exemplo, Japão, Espanha, Malta, Suíça, Argentina, China e Alemanha.

A CAI promoveu reuniões solenes comemorativas a datas marcantes, como os 105 anos da Presença Japonesa em Pernambuco, o Dia da Amizade Brasil-Argentina, 150 Anos da Imigração Italiana no Brasil, os 200 Anos da Imigração Alemã no Brasil e o Bicentenário das Relações Diplomáticas Brasil-EUA. Também apoiou a criação da Frente Parlamentar Pernambuco-China.

O ponto alto foi a entrega anual do *Prêmio Internacional País amigo de Pernambuco*, que foi concedido à Espanha em 2023 e à Itália em 2024. O prêmio é coordenado, escolhido e entregue pela Alepe através da nossa Comissão.

NÚMEROS

04 Reuniões realizadas

15 Visitas realizadas

08 Solenidades realizadas

02 Prêmios concedidos

50 Requerimentos

COMISSÃO PARLAMENTAR
DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Ao longo do biênio 2023-2024, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher desempenhou um papel fundamental na defesa dos direitos das pernambucanas, promovendo diversas iniciativas com o intuito de combater a violência de gênero, promover a igualdade e fortalecer políticas públicas para as mulheres.

O colegiado comandado pela Delegada Gleide Ângelo (PSB) levou o debate sobre os direitos femininos para diversos municípios pernambucanos, por meio do projeto da Comissão Itinerante da Mulher. As visitas às cidades de Goiana, Carpina e Agrestina aproximaram o Legislativo da realidade das mulheres nessas localidades, permitindo um diálogo mais próximo com a sociedade civil e a identificação de demandas específicas.

A Comissão da Mulher realizou também a 11ª e a 12ª edições do *Prêmio Prefeitura Amiga da Mulher*. A premiação reconheceu e incentivou as gestões municipais que se destacaram na implementação de políticas públicas para as mulheres. A ideia da iniciativa, que acontece anualmente, é contribuir com o fortalecimento das ações que visam superar as desigualdades de gênero e promover a cidadania feminina.

Nas audiências públicas, grandes temas foram debatidos, como a violência de gênero, a importância da *Marcha das Margaridas* e as políticas públicas para crianças com microcefalia e neurodivergência. Esses encontros foram importantes espaços para a construção de um diálogo amplo e a formulação de propostas para a melhoria das políticas públicas.

Para 2025, o colegiado planeja dar continuidade às suas ações e ampliar seu alcance. Entre as principais metas, estão: a expansão da Comissão Itinerante da Mulher, com mais visitas a municípios que ainda não foram contemplados pelo projeto, levando o debate sobre os direitos das mulheres para um número ainda maior de localidades; e a realização de audiências públicas em cidades com maior incidência de violência contra a mulher. A intenção é discutir o funcionamento das Delegacias Especializadas da Mulher (Deams) e buscar soluções para fortalecer o atendimento às vítimas.

NÚMEROS

16 Reuniões realizadas

03 Audiências públicas realizadas

144 Projetos de lei aprovados

03 Reuniões da Comissão Itinerante da Mulher


AUDITÓRIO
SENADOR SÉRGIO GUERRA
ALEPE
Marcha das Margaridas



COMISSÃO PARLAMENTAR
SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

A Comissão de Segurança Pública e Defesa Social, de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), em seu artigo 114, tem por competência tratar sobre os seguintes temas: segurança pública estadual; Polícias Civil, Militar e Corpo de Bombeiros Militar, incluindo fixação do seu efetivo e das respectivas organizações; segurança pública interna e seus órgãos institucionais; prevenção da violência e da criminalidade; programas e políticas públicas de segurança pública; combate e enfrentamento de grupos paramilitares e de extermínio; e integração da comunidade com o sistema de segurança pública.

Também estão sob o escopo de atuação do colegiado a segurança no trânsito e rodoviária; a defesa civil; o combate ao crime organizado em todas as suas modalidades; a polícia tecnicocientífica e papiloscopista; o controle da propriedade e o uso de armas, munições, explosivos e outros produtos controlados; e a proteção a testemunhas.

Cabe ainda à Comissão de Segurança Pública a destinação de recursos para a segurança pública; a participação democrática na formulação de políticas públicas e no controle das ações de segurança pública do Estado; a discussão de temas que tratam do combate e prevenção à violência contra mulheres, racial, religiosa, contra crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, por orientação sexual, indígena e população em situação de rua.

Dentro dessa seara, ao longo do biênio de 2023-2024, quando esteve sob comando de Fabrizio Ferraz (Solidariedade), foram distribuídos 467 projetos que debateram vários dos temas listados acima. Desses, 114 foram discutidos, ao longo de 14 reuniões ordinárias e extraordinárias, e aprovados pelos membros do colegiado e se tornaram aptos à discussão em Plenário.

Foram ainda realizadas seis audiências públicas, nas quais autoridades da área de segurança, membros do Poder Executivo, do Ministério Público e da sociedade civil foram chamados à Casa de Joaquim Nabuco para discutir temas pertinentes à defesa social de Pernambuco.

Por fim, vale salientar a proposição constante do diálogo com os profissionais da segurança e a sociedade civil, bem como de matérias legislativas que fortalecem a segurança pernambucana.

NÚMEROS

14 Reuniões realizadas

06 Audiências públicas realizadas

467 Projetos distribuídos

114 Projetos discutidos e aprovados

COMISSÃO PARLAMENTAR
DEFESA DO CONSUMIDOR

A defesa dos direitos do consumidor é fundamental para garantir a justiça e a equidade em nossa sociedade. Cada caso abordado, cada política revisada, contribui para um mercado mais justo e eficiente. Essa é uma relevante ferramenta para destacar a importância da Comissão de Defesa do Consumidor.

No biênio de 2023-2024, a Comissão de Defesa do Consumidor esteve sob o comando de João Paulo Costa (PCdoB) e trabalhou para assegurar que projetos que garantissem os interesses dos consumidores fossem apresentados, distribuídos e debatidos, de modo que os direitos destes sejam respeitados e que haja a promoção de um mercado justo e transparente.

Entre as atividades promovidas pelo colegiado, destacam-se uma visita institucional à Unale e as audiências públicas: os *Direitos do Consumidor na Black Friday*; *Problemas na Prestação de Serviços de Telefonia, Celular, Fixa e Internacional*; e *Precarização do Sistema de Transporte Público de Passageiros*; além da participação na *Feira Internacional de Macau* (China).

NÚMEROS

12 Reuniões realizadas

07 Audiências públicas realizadas

41 Projetos aprovados

01 Substitutivo apresentado


AUDIÊNCIA
PÚBLICA
A PROTEÇÃO E OS DIREITOS
DA PESSOA COM EPIDERMÓLISE
BOLHOSA NOS ESTABELECIMENTOS
EDUCACIONAIS E DE SAÚDE
EM PERNAMBUCO
COMISSÃO DE DEFESA
DO CONSUMIDOR
ALEPE
AUDITÓRIO
SENADOR SÉRGIO GUERR
ALEPE

COMISSÃO PARLAMENTAR
ÉTICA PARLAMENTAR

Neste biênio de 2023-2024, a Comissão de Ética Parlamentar não registrou nenhum pedido de representação. A ausência de demandas formais apresentadas ao colegiado pode ser um indicativo da crescente conscientização dos deputados acerca das normas éticas e do compromisso com o decoro parlamentar.

Presidida pelo deputado Claudiano Martins Filho (PP), a Comissão é composta por 14 parlamentares e desempenha um papel fundamental na salvaguarda dos princípios éticos e morais que norteiam a atuação do Poder Legislativo, contribuindo para a manutenção da credibilidade da instituição perante a sociedade.

O colegiado não possui uma estrutura administrativa e se reúne apenas quando necessário, diante de alguma demanda. O apoio administrativo é prestado pela Superintendência Geral; e a assessoria jurídica, pela Procuradoria-Geral. Atender a consultas da Mesa Diretora, das Comissões e dos deputados também são algumas das responsabilidades do colegiado.

Cabe ainda à Comissão de Ética Parlamentar encaminhar à Presidência esclarecimentos a reportagens da mídia em geral que representem ofensa à dignidade de qualquer parlamentar ou ao Poder Legislativo.



COMISSÃO PARLAMENTAR

REDAÇÃO FINAL

Compete à Comissão de Redação Final a elaboração do texto final das proposições aprovadas em Plenário. Sob a presidência do deputado Joãozinho Tenório (PRD), o colegiado acompanhou, ao longo do último biênio, 2023-2024, a construção de 717 projetos de lei ordinária; 39 projetos de lei complementar; 21 projetos de resolução e nove propostas de emenda à Constituição Estadual.

NÚMEROS

717 Projetos de lei ordinária

39 Projetos de lei complementar

21 Projetos de resolução

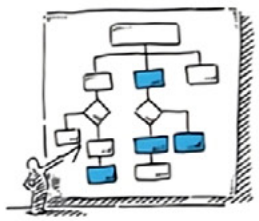
09 Propostas de emenda à Constituição







PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



INSTITUCIONAL



SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO E OUVIDORIA



LEGISLAÇÃO



GESTÃO DE PESSOAS



PRESTAÇÃO DE CONTAS



PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)



DADOS ABERTOS

DESTAQUE

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

O acesso da população às informações do Legislativo estadual pernambucano ficou mais fácil com a implantação do Portal da Transparência, em agosto de 2023, no topo do *site* institucional: www.alepe.pe.gov.br. Com apenas um clique, o cidadão pode navegar pelos dados da instituição relativos a orçamento, gestão de pessoas, licitações, contratos, remunerações dos deputados e servidores, entre outras informações públicas.

A ferramenta de fortalecimento da cidadania foi desenvolvida de forma a descomplicar a experiência do usuário, privilegiando o uso de ícones claros e de linguagem simples. Ela também conta com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

No primeiro semestre de 2024, o alcance das informações públicas foi além, com a criação do Portal de Dados Abertos. O acesso a esse conjunto de informações se dá por meio da tecnologia API (sigla para Application Programming Interface), que possibilita a comunicação entre a base de informações da Alepe e outros *sites* ou aplicativos. Tal tecnologia permite que cidadãos, pesquisadores, jornalistas e desenvolvedores utilizem, de forma livre, um conjunto complexo de informações do Poder Legislativo.

Completam o conjunto de ferramentas do Portal da Transparência um ícone específico para *Legislação*, com todo o conteúdo do Alepe Legis, a plataforma de consulta das leis estaduais. Há outro quadro para o Sistema de Informação ao Cidadão e a Ouvidoria da Alepe. Nele, o usuário pode fazer perguntas, críticas e acompanhar solicitações feitas à Alepe.

O trabalho para manter o portal sempre atualizado é realizado pelos servidores da Superintendência de Planejamento e Gestão (Suplag), da Superintendência de Gestão de Pessoas (SupGP), Secretaria Geral da Mesa Diretora (SeGMD) e Ouvidoria, com o apoio técnico da equipe da Superintendência de Tecnologia da Informação (STI).





COMISSÕES PARLAMENTARES ESPECIAIS



COMISSÃO ESPECIAL

DEFESA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Instalada em abril de 2023, sob a presidência do deputado Gilmar Júnior (PV), a Comissão Especial de Defesa dos Profissionais de Enfermagem teve como objetivo principal discutir e propor melhorias nas condições de trabalho da categoria em Pernambuco.

O colegiado buscou ainda fortalecer a luta pelo piso salarial dos profissionais de enfermagem, estabelecido pela Lei Federal nº 14.434/2022 e suspenso à época por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

O dimensionamento das equipes de saúde também entrou em pauta nas discussões realizadas com representantes de sindicatos e conselhos de classe.


COMBATE
À FOME

COMISSÃO ESPECIAL
COMBATE À FOME

Instalada em março de 2023, a Comissão Especial de Combate à Fome reuniu parlamentares, gestores, produtores rurais e representantes de movimentos sociais para debater estratégias de enfrentamento ao quadro de insegurança alimentar e nutricional em Pernambuco. Outra pauta do grupo foi a supervisão do fornecimento das merendas nas escolas da rede estadual de ensino.

Presidido pela deputada Rosa Amorim (PT), o colegiado abriu os trabalhos com a promoção de um seminário para ouvir as principais demandas da sociedade civil. Com esse levantamento, os membros puderam traçar os primeiros planos para transformar a realidade dos 2 milhões de pernambucanos afetados pela fome.

Durante os 120 dias de atividades, o grupo também fez visitas a duas cozinhas populares solidárias instaladas no Recife e participou da *Feira da Reforma Agrária no Armazém do Campo*, na capital pernambucana, e da *IV Feira da Reforma Agrária, em São Paulo*.

Entre os resultados deste trabalho está a aprovação de uma emenda que incluiu o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea-PE) no monitoramento das ações do programa *Pernambuco Sem Fome*. Outro encaminhamento da comissão especial foi a criação da Frente Parlamentar de Combate à Fome.

COMISSÃO ESPECIAL

PROMOÇÃO E ATENÇÃO À ASSISTÊNCIA MATERNOINFANTIL

A Comissão Especial de Promoção e Atenção à Assistência Maternoinfantil iniciou os trabalhos em abril de 2023. Sob a presidência da deputada Socorro Pimentel (União), o grupo parlamentar visou avaliar e propor melhorias nos serviços de saúde voltados à maternidade e à infância, com foco na redução da mortalidade materna e neonatal.

Para isso, o colegiado teve como foco debater e propor ações para a organização da atenção ao pré-natal, parto e puerpério, além de monitorar o crescimento e desenvolvimento das crianças no primeiro ano de vida. A comissão identificou ainda a necessidade de revisar os critérios de estratificação de risco das gestantes e de aprimorar a vinculação das pacientes aos hospitais mais adequados, conforme o nível de risco.




1710
1817
1824
1889

COMISSÃO ESPECIAL

REGULAMENTAÇÃO E DESTINAÇÃO DE VALORES A SEREM ARRECADADOS DE ATIVIDADES DE JOGOS E APOSTAS

A Comissão Especial de Regulamentação e Destinação de Valores a Serem Arrecadados de Atividades de Jogos e Apostas surgiu com o objetivo de discutir e monitorar, junto ao Governo Federal, o processo de regulamentação dos *sites* de apostas esportivas. Em sua reunião de instalação, em abril de 2023, foi discutida a destinação dos impostos arrecadados por essas empresas. A iniciativa foi do deputado Joãozinho Tenório (PRD), que ficou responsável por presidir os trabalhos.

Apesar da legalização prevista pela Lei nº 13.756/2018, a falta de regulamentação do setor, que movimenta bilhões de reais anualmente no Brasil, tem gerado insegurança jurídica e impedido que os tributos sejam recolhidos de forma eficaz, com as empresas do setor operando, majoritariamente, no exterior.

O requerimento foi protocolado após a informação dada pelo Ministério da Fazenda de que o Governo esperava arrecadar R$ 15 bilhões das plataformas de apostas. Em uma das reuniões, os membros discutiram possíveis caminhos para garantir participação direta de estados e municípios na arrecadação gerada pela regulamentação do mercado no Brasil.



COMISSÃO ESPECIAL

DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Comissão Especial de Defesa dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi criada a partir de requerimento do deputado João de Nadegi (PV), que presidiu os trabalhos após a instalação, realizada em abril de 2023.

O colegiado teve como principal objetivo debater e propor soluções para os desafios enfrentados pelas pessoas com TEA em Pernambuco, ampliando o acesso ao diagnóstico precoce, aos tratamentos adequados e à garantia de direitos fundamentais.



COMISSÃO ESPECIAL
DEFESA DA BACIA LEITEIRA



A Comissão Especial em Defesa da Bacia Leiteira foi criada com o objetivo de enfrentar os desafios do setor leiteiro, que é essencial para a economia e a segurança alimentar de Pernambuco. A iniciativa do deputado Claudiano Martins Filho (PP), que presidiu o grupo parlamentar, buscou fortalecer a produção, fomentar o empreendedorismo e melhorar as condições de trabalho e renda dos pequenos e médios produtores do Estado.

Durante a reunião de instalação, em agosto de 2023, representantes do setor destacaram a relevância do debate promovido pela comissão. No encontro, os parlamentares abordaram os desafios da bacia leiteira, incluindo a queda na produção e a necessidade de investimentos por parte do Governo do Estado.



COMISSÃO ESPECIAL
CELEBRAÇÃO DO BICENTENÁRIO DA POLÍCIA MILITAR



A Comissão Parlamentar Especial de Celebração do Bicentenário da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE) foi criada com o objetivo de promover discussões e eventos que celebrem a data a ser comemorada no dia 11 de junho de 2025. O requerimento que deu origem à comissão foi aprovado na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) em 16 de outubro de 2024, com a instalação formal da comissão, realizada em 26 de novembro de 2024.

A comissão presidida pelo deputado Antônio Moraes (PP) visa promover um conjunto de atividades para homenagear a instituição pelos 200 anos de serviços prestados à sociedade pernambucana. Entre as ações planejadas, destacam-se debates, audiências públicas e visitas técnicas a locais de atividades relacionadas à segurança pública e à atuação da Polícia Militar. A comissão vai dialogar com representantes da PMPE, do Governo do Estado, da Secretaria de Defesa Social e da sociedade civil.





BICENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

DESTAQUE

BICENTENÁRIO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A Alepe promoveu uma série de atividades para marcar os 200 anos da Confederação do Equador, revolução libertária nascida em Pernambuco em 1824. A comemoração incluiu seminário acadêmico, solenidade festiva, entrega de honrarias, além da produção de conteúdos culturais e jornalísticos.

A revolta, que teve Frei Caneca como um dos principais líderes, reagiu à manutenção do Império como forma de governo no Brasil independente. Naquele ano, os confederados insurgiram-se contra uma série de medidas autoritárias implantadas por D. Pedro I, como o fechamento da Assembleia Constituinte e o aumento de impostos.

Essa história foi relembrada em cinco episódios do podcast *Sagas Pernambucanas*, produzido pela Rádio Alepe, e também no Cordel *A Confederação do Equador pra tu entender, tá ligado!?*, um trabalho de Caio do Cordel e José Terciano Torres.

Já o seminário *200 Anos da Constituição do Império: Dimensões Políticas, Jurídicas e Históricas* foi promovido pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico Legislativo e contou com debates e palestras sobre a primeira Constituição do Brasil.

Por fim, uma sessão solene foi dedicada à entrega de 70 medalhas a pessoas e instituições que atuaram na preservação dos ideais de justiça, democracia e liberdade.








CORDEL


200
anos
BICENTENÁRIO
DA CONFEDERAÇÃO
DO EQUADOR



PEDALALEPE

Criado em abril de 2023 para celebrar os 189 anos da Casa de Joaquim Nabuco, as duas edições do passeio ciclístico *PedalAlepe* levou, em duas edições, milhares de pessoas a se exercitarem e desbravarem a história do Recife. Gratuito, o evento anual ofereceu toda a infraestrutura necessária aos participantes, além de atividades lúdicas e *kits* com camisa UV, *squeeze*, boné e minimochila.

Na primeira edição, 1,5 mil ciclistas percorreram 5 km no centro da capital pernambucana. Os inscritos também fizeram aula de alongamento e participaram de sorteios de bicicletas e de mensalidades gratuitas em academias.

Já em 2024, o *PedalAlepe* marcou os 200 anos da Confederação do Equador. Com a concentração de 2,5 mil pessoas, o passeio teve 7,7 km de extensão e incluiu locais históricos relacionados a Frei Caneca, como o Arquivo Público, a Igreja Nossa Senhora do Carmo e o Forte das Cinco Pontas.




Igreja Nossa Senhora do Carmo
PEDALALEPE


Circuito Frei Caneca
KM TOTAL: 7,7KM











FRENTES PARLAMENTARES



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA CANNABIS MEDICINAL E DO CÂNHAMO INDUSTRIAL

A promulgação da Lei nº 18.757 pelo presidente da Alepe, deputado Álvaro Porto (PSDB), em dezembro de 2024, simboliza o mais significativo dos avanços conquistados pela Frente Parlamentar em Defesa da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial. Fruto de dois projetos de lei dos deputados João Paulo (PT) e Luciano Duque (Solidariedade), unificados em um substitutivo da Comissão de Justiça, a nova lei busca garantir o acesso universal à *cannabis* medicinal e torná-lo uma política pública de saúde. O próximo passo é a regulamentação.

A Frente foi instalada em novembro de 2023, e os trabalhos começaram em fevereiro de 2024, sob a coordenação de João Paulo. Junto com a luta para desmistificar o preconceito com o tema, o foco inicial teve quatro eixos: a importância das associações de pacientes; os desafios enfrentados na regulamentação federal; os estudos e pesquisas sobre a maconha medicinal; e as experiências exitosas na produção, distribuição e uso dos medicamentos. O apoio das associações foi significativo, algumas delas envolvidas com processos de judicialização para garantir a autorização para a produção do óleo de canabidiol.

Junto com o servidor Victor Barreto, da Consultoria Legislativa da Alepe (Consuleg), a Frente apresentou um relatório parcial em outubro de 2024. São algumas das recomendações: a urgência na regulamentação do cultivo, a produção e na distribuição medicamentos à base de canabidiol; a necessidade de redução dos custos dos tratamentos e de maior segurança jurídica para o setor; mais apoio e financiamento de pesquisas relacionadas ao tema.

Para 2025, o colegiado planeja focar as discussões em torno do cânhamo industrial, utilizado em setores como o têxtil, de cosméticos e de materiais de construção.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Ser uma instância de articulação de propostas para o fortalecimento das políticas sociais em Pernambuco. Foi com esse objetivo que a Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único de Assistência Social foi instalada, em novembro de 2023. Em 2024, as atividades do grupo tomaram corpo, com articulações e cobranças junto ao Poder Executivo. Questões como o 13° do Bolsa Família e os programas *Mães de Pernambuco* e *Mãe Coruja* estiveram no foco de parlamentares do grupo, coordenado pelo deputado Sileno Guedes (PSB).

O atraso no pagamento das parcelas do 13°, benefício estadual para famílias em situação de vulnerabilidade social, motivou cobranças até que o pagamento fosse regularizado. Já em relação ao *Mães de Pernambuco*, instituído em lei aprovada pela Alepe em dezembro de 2023, a demora na regulamentação e lançamento pelo Executivo motivou a reação. O benefício de R$ 300,00 para mães de crianças com até seis anos de idade começou a ser pago em maio e, até dezembro de 2024, havia contemplado cerca de 94 mil famílias, segundo a coordenação da Frente.

Quanto ao *Mãe Coruja*, a ausência de previsão de recursos para o programa na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 gerou preocupação. Já entre as proposições com temáticas discutidas nas instâncias de articulação do grupo estão a PEC 19/2023, que atualiza as finalidades da assistência social e garante recursos mínimos para o SUAS em Pernambuco — já aprovada, com modificações, na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) —, e o Projeto de Lei n° 1.223/2023, que institui o *Programa Estadual de Fomento às Cozinhas Comunitárias*.



FRENTE PARLAMENTAR DE PREVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS EFEITOS DAS CHUVAS E ENCHENTES EM PERNAMBUCO

As atividades da Frente Parlamentar de Prevenção e Acompanhamento dos Efeitos das Chuvas e Enchentes começaram em março de 2023. No ano anterior, o último da legislatura passada (2019-2022), Pernambuco viveu uma catástrofe provocada pelas chuvas na Região Metropolitana do Recife, com mais de 130 mortes, centenas de desalojados e muitas casas danificadas ou completamente destruídas

Com foco na prevenção, o grupo realizou atividades internas e externas, entre elas audiências públicas e visitas de parlamentares às barragens da Mata Sul, para verificar o andamento de obras, além de áreas de riscos em morros. As ações buscam levantar informações, orientações e diretrizes que subsidiem os instrumentos de planejamento dos gestores municipais e estaduais.

Sob a coordenação do deputado Henrique Queiroz Filho (PP), a Frente realizou, em abril de 2023, audiência pública que teve a participação de gestores estaduais. Além do investimento em equipamentos, foi colocada em debate a necessidade de reforço no quadro de servidores do Corpo de Bombeiros, da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) e da Defesa Civil. Outro caminho discutido foi uma articulação junto à bancada federal, buscando viabilizar a captação de recursos destinados a ações de prevenção e mitigação dos efeitos das chuvas.

Ainda no bojo das ações da Frente foram apresentados projetos de lei para criação da Política Estadual de Prevenção e Acompanhamento das Chuvas, Enchentes, Desastres Naturais e de Redução de Riscos (PLO nº 586/2023) e da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil (PLO nº 365/2023). Os dois projetos encontram-se em tramitação.



FRENTE PARLAMENTAR PERNAMBUCO-CHINA

Instalada em abril de 2024, a Frente Parlamentar Pernambuco-China tem como objetivo estreitar as relações institucionais e educacionais entre o Estado e o país asiático, além de potencializar parcerias comerciais e de cooperação em áreas como ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico. Aprimorar os programas já existentes nas relações entre os cooperados e propor novos caminhos para potencializar projetos de interesses comuns entre Pernambuco-China também estão na pauta.

Nessa articulação, parlamentares do grupo visitaram em março, antes mesmo do início dos trabalhos, a nova cônsul-geral da China no Recife, Lan Heping, à época recém-chegada ao Brasil. No mês seguinte, Lan Heping participou da cerimônia de instalação da Frente, junto com representantes dos governos Federal, Estadual e Municipal (Recife) e de entidades acadêmicas e empresariais.

Já em novembro, o coordenador da Frente, deputado Waldemar Borges (PSB), participou em Brasília de evento comemorativo aos 50 anos de relações diplomáticas entre o Brasil e a China, com a presença do presidente Xi Jiping. Entre os próximos passos, o grupo planeja realizar uma missão à China para troca de experiências e intercâmbio entre as culturas pernambucana e asiática. A articulação de novos investimentos e parcerias, tanto da iniciativa pública quanto da privada, está entre os objetivos.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA MORADIA POPULAR

Com um debate que teve a participação de gestores públicos, especialistas em habitação e representantes do Movimento Popular pela Moradia Digna, a Frente Parlamentar em Defesa da Moradia Popular foi instalada em setembro de 2024. Os trabalhos começaram de imediato e prosseguem em 2025. O objetivo do colegiado é aprofundar a discussão sobre o tema, buscando soluções para reduzir o déficit habitacional em Pernambuco.

De acordo com dados apresentados no lançamento da Frente, com base em um relatório entregue pelo Tribunal de Contas do Estado à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Pernambuco tem hoje um déficit de 327 mil habitações, sendo 85% em áreas urbanas.

Problemas como a falta de um plano diretor que regularize e fiscalize imóveis que não cumprem a função social da propriedade e a situação de prédios públicos sem utilização são colocados na pauta por integrantes do grupo parlamentar. O estímulo a políticas habitacionais inclusivas é um dos caminhos apontados. A Frente tem a coordenação do deputado João Paulo (PT).



FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE À FOME, INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Grupos de Trabalho (GTs), seminário, audiência pública, visitas técnicas e a campanha *De Olho na Merenda*, com a finalidade de garantir uma alimentação saudável e adequada nas escolas da rede pública de Pernambuco, estas foram algumas das atividades desenvolvidas no biênio 2023-2024 pela Frente Parlamentar de Combate à Fome, Insegurança Alimentar e Nutricional. Com a agricultura familiar no foco, a Frente atua em parcerias com inúmeras instituições familiarizadas com a pauta.

Sob a coordenação da deputada Rosa Amorim (PT), o grupo foi instalado em setembro de 2023, dando sequência ao trabalho realizado, anteriormente, pela Comissão Especial de Combate à Fome. Como resultado de um dos GTs e, ainda, da ação da comissão especial, a Frente atuou na elaboração da cartilha *Prato Cheio: Caminhos para o Combate à Fome em Pernambuco*, em parceria com representantes da Fundação Oswaldo Cruz, da Universidade Federal de Pernambuco e dos Conselhos Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outras instituições.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO COOPERATIVISMO

Com uma série de reuniões, articulações políticas e participação em eventos relacionados ao tema, a Frente Parlamentar em Defesa do Cooperativismo iniciou suas atividades em 2023 em busca do fortalecimento e da promoção do cooperativismo em Pernambuco. Um dos caminhos para isso é a busca constante do diálogo entre o poder público, as cooperativas e a sociedade civil, o que ajuda na construção de um ambiente mais favorável ao crescimento do setor.

As parcerias avançam e trazem resultados. Em colaboração com o Sindicato e a Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Pernambuco (OCB/PE), a Frente analisou e viabilizou projetos como o que institui a Política Estadual de Cooperativismo da Agricultura Familiar e Agroindústria de Pernambuco e o que ampliou o prazo para o credenciamento ou recredenciamento das instituições de ensino de educação básica no Estado.

Além das atividades presenciais, o grupo coordenado pelo deputado Waldemar Borges (PSB) vem realizando reuniões virtuais para discutir o fortalecimento de parcerias com câmaras municipais de todas as regiões do Estado. Entre as pautas abordadas estão a implementação ou os avanços relativos à emissão de Nota Fiscal Eletrônica pelas cooperativas e a proposta de inclusão do Cooperativismo como disciplina no currículo escolar, além da integração de sistemas municipais para cooperativas. Também é estimulada a criação de Frentes Municipais em Defesa do Cooperativismo.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA FERROVIA TRANSNORDESTINA EM PERNAMBUCO

A mobilização na luta pela retomada do ramal Salgueiro-Suape da Ferrovia Transnordestina é o principal objetivo da Frente Parlamentar instalada em março de 2023 sob a coordenação do deputado João Paulo (PT).

No final de 2022, o Governo Federal havia anunciado um novo traçado para o projeto, numa mudança que previa apenas a rota de Salgueiro, no Sertão Central, até o Porto de Pecém, no Ceará, excluindo o ramal até Suape, na Região Metropolitana do Recife.

O colegiado realizou debates com gestores de órgãos federais e estaduais, trabalhadores e sindicalistas ferroviários, além de integrantes da bancada federal de Pernambuco no Congresso Nacional. O êxito foi alcançado com a realocação do ramal pelo Governo Federal.

O acompanhamento e a fiscalização das obras, a luta pelos recursos federais e os estudos sobre o impacto social e ambiental do projeto também fizeram parte da proposta de trabalho.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO

Instalada na última semana das atividades legislativas de 2024, a Frente Parlamentar em Defesa da Universalização do Saneamento planeja uma agenda de trabalhos que incluirá audiências públicas no Recife e em municípios do interior. Os objetivos são, a partir do ano legislativo de 2025, acompanhar as mudanças em estudo para a gestão da Compesa, com a previsão de concessão de parte dos serviços à iniciativa privada e a ampliação dos serviços de água e esgoto no Estado.

A criação do novo colegiado foi decidida em novembro, quando a Comissão de Administração Pública promoveu um debate que teve a participação do presidente da Compesa, Alex Campos. Parte das atividades da companhia de saneamento deverá ser repassada à iniciativa privada, seguindo um novo modelo de gestão que está em estudo junto ao BNDES.

Com a coordenação do deputado Joaquim Lira (PV), o grupo quer acompanhar as possíveis mudanças, o que caberá ao Estado e à iniciativa privada, com as concessões parciais e, ainda, como ficará a situação dos atuais funcionários da companhia. A Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe) e representações de trabalhadores urbanitários devem ser incluídas nos debates.



FRENTE EM DEFESA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

Temas com rebatimentos importantes na população de um modo geral vêm sendo provocados pela Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Enfermagem. Ela foi instalada em março de 2024 e, já em abril, em audiência pública conjunta com as comissões de Saúde e de Defesa dos Direitos da Mulher, colocou no foco o drama das crianças com microcefalia e seus familiares.

Com a participação da secretária estadual de Saúde, Zilda Cavalcanti, o debate publicizou uma luta de anos da ONG Mães de Anjos pela realização de cirurgias ortopédicas de urgência para evitar dores e mortes de crianças. Em sequência, houve o comprometimento da gestão estadual em acelerar o andamento da fila das cirurgias, o que ocorreu, inclusive com o ajuste para reuniões periódicas no acompanhamento da demanda.

Outra pauta do grupo, coordenado pelo deputado Gilmar Júnior (PV), foi a situação dos docentes da Universidade de Pernambuco (UPE) — com relatos de perdas de profissionais e a cobrança pela criação do cargo de professor titular de carreira. A retomada do diálogo com o Governo para acelerar a reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimento (PCCV) foi um dos compromissos.

A aplicação do Suporte Intermediário à Vida (SIV), tipo de atendimento do Samu que fica entre a Unidade Básica e a Avançada, também foi discutida pela Frente. Já existente em algumas cidades, ele possibilita que o enfermeiro faça o atendimento junto com o técnico de enfermagem.



FRENTE PARLAMENTAR DO RIO TEJIPIÓ E SUA IMPORTÂNCIA SOCIOAMBIENTAL

Articular ações voltadas à preservação ambiental e à recuperação de recursos hídricos, envolvendo gestões municipais e o Governo do Estado para um tratamento metropolitano sobre problemas que afetam a bacia do Rio Tejipió e as populações afetadas pelas suas inundações. Foi com esses objetivos que a Frente Parlamentar do Rio Tejipió e sua Importância Socioambiental foi instalada, em março de 2024.

Com 20 quilômetros de extensão, o Tejipió nasce no município de São Lourenço da Mata, e seu curso corta os municípios do Recife e Jaboatão dos Guararapes, na Região Metropolitana. À vulnerabilidade socioambiental em suas margens se somam os problemas de poluição que se agravam nos períodos de chuva, afetando moradores de diversas comunidades. Há ainda o desmatamento nas margens e a contaminação da água.

Com audiência pública no Legislativo e escutas populares nas comunidades, o grupo tem envolvido os movimentos sociais no debate, a exemplo de integrantes do Fórum Popular do Rio Tejipió e dos movimentos Coqueiral em Ação e Mata Uchôa, além de gestores públicos. A cobrança de ações que amenizem a situação e a busca por informações oficiais sobre projetos estaduais e municipais para obras de alargamento do rio foram definidas nas escutas populares. O grupo é coordenado pelo deputado João Paulo (PT).



FRENTE PARLAMENTAR PARA ACOMPANHAR A IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DE SARGENTOS DO EXÉRCITO

No contexto de um investimento inicial de mais de R$ 1 bilhão, a perspectiva de geração de milhares de empregos e, ainda, de um debate que envolve questões econômicas e ambientais, a Frente Parlamentar Para Acompanhar a Implantação da Escola de Sargentos do Exército foi instalada em março de 2023. À época, ainda havia quem apontasse o risco de o empreendimento ser retirado de Pernambuco. Garantir celeridade ao processo junto ao Governo do Estado e ao Comando Militar do Nordeste (CMNE) foi colocado como um dos objetivos iniciais.

De acordo com o requerimento de sua criação, a Frente se propõe a acompanhar todo o processo de implantação da Escola até a conclusão final. A obra deverá ser concluída em 2034. A Escola de Sargentos do Exército (ESE) será construída dentro da área do Campo de Instrução Marechal Newton Cavalcanti (CIMNC), localizada nas abrangências dos municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata e Igarassu, na Região Metropolitana do Recife; e Paudalho, na Mata Norte.

Buscando um canal de diálogo com todos os atores envolvidos, o colegiado visitou o CMNE, no bairro do Curado, no Recife, ocasião em que os parlamentares ouviram um relato sobre as ações implementadas para a viabilização do projeto no Estado e os estudos para garantir a sustentabilidade da obra. Sob a coordenação do deputado Renato Antunes (PL), o grupo também promoveu audiência pública para discutir alternativas capazes de diminuir a área a ser desmatada para receber o equipamento.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA FAMÍLIA, DA VIDA E DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Promover debates e estudos que contribuam com políticas governamentais são os objetivos da Frente Parlamentar em Defesa da Família, da Vida e de Políticas sobre Drogas. O colegiado foi instalado em fevereiro de 2023, sob a coordenação do deputado Pastor Cleiton Collins (PP). Temas como o aborto, linguagem neutra, políticas públicas sobre as drogas e a defesa das comunidades terapêuticas estão no foco.

O grupo também anunciou visitas a instituições que trabalham aspectos da drogadição — abuso constante de drogas, que se caracteriza pelo vício ou adicção ativa, dependência psicológica e física — e ressalta que os debates que promove são abertos a todos os parlamentares.

Também faz parte da agenda o *Mutirão pela Vida*, que teve a 21ª edição em junho de 2024 na Alepe. O evento começou com atendimentos direcionados a dependentes químicos e familiares e foi concluído com uma audiência pública que marcou a passagem do *Dia Internacional contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas*, celebrado em 26/06. O debate contou com depoimentos de ex-dependentes químicos.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA SAÚDE MENTAL DOS PERNAMBUCANOS

Audiências públicas, levantamento de dados e reuniões com entidades representativas, entre elas o Conselho Regional de Psicologia, estão na agenda da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde Mental dos Pernambucanos. Com as informações colhidas e a ajuda de uma equipe multidisciplinar, o grupo revela ter um embrião para a elaboração de projetos de lei.

O adoecimento de profissionais da segurança pública no Estado foi um dos temas debatidos em audiência pública pela Frente, sob a coordenação do deputado Joel da Harpa (PL). Conforme os números coletados, mais de 25% do efetivo da Polícia Militar buscou atendimento psiquiátrico em 2022, ano em que 1.920 tiveram afastamento por questões psicológicas. O estresse do combate à violência, com a pressão enfrentada no dia a dia, também atinge a Polícia Civil.

Para um melhor enfrentamento a esta situação, de acordo com a Frente, é preciso um reforço no quadro de psiquiatras das corporações, considerado insuficiente para atender à demanda. A Frente também articula a formulação de novas políticas públicas que atendam a outros segmentos. Representantes dos conselhos regionais de Psicologia e Educação Física, do Instituto do Autismo, do Corpo de Bombeiros e de instituições acadêmicas participaram de debate promovido pelo grupo.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA NAVAL EM PERNAMBUCO

Contribuir para a retomada da indústria naval no Estado, com análise sobre os gargalos enfrentados e as estratégias para fortalecimento de um setor econômico de grande potencial e importante para a geração de empregos. Foi com essa linha de atuação que a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval em Pernambuco foi instalada, em abril de 2024.

Um dos focos apontados já no início dos trabalhos foi a preocupação com a formação da mão de obra. O investimento em infraestrutura e tecnologia para a modernização dos estaleiros nacionais foi outro caminho apontado para o fortalecimento do setor diante da competitividade global, além de uma política de Estado a favor da indústria naval. Também foi colocada a importância de uma estratégia para atração de indústrias da cadeia de suprimentos necessários aos estaleiros.

Representantes do Governo do Estado, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), da Sociedade Brasileira de Engenharia Naval, do Estaleiro Atlântico Sul, do Sindicato dos Metalúrgicos, do Senai e de institutos federais, entre outros, participaram de debates do grupo, que teve sua primeira reunião ordinária em outubro de 2024. O colegiado coordenado pelo deputado João Paulo (PT) pretende atuar em sintonia com a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Nacional, instalada no Congresso Nacional.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS RODOVIAS E MOBILIDADE DE PERNAMBUCO

Promover e estimular ações que tenham como objetivo a conservação, a restauração e a construção de rodovias, ajudando assim a melhorar a mobilidade em todas as regiões do Estado. Com esse objetivo, a Frente Parlamentar em Defesa das Rodovias e Mobilidade de Pernambuco iniciou suas atividades em fevereiro de 2023. O grupo teve a coordenação do deputado Joel da Harpa (PL).

A fiscalização dos projetos de restauração e manutenção de rodovias federais e estaduais também consta da justificativa da Frente, que trata de um dos temas mais levados ao Plenário da Alepe pelos parlamentares. Estão na pauta, ainda, a articulação de recursos para obras em rodovias e de parcerias com diferentes segmentos da sociedade e do Poder Público, a fim de promover a segurança e eficiência das rodovias.

A busca por melhorias no transporte público na Região Metropolitana do Recife e um debate sobre privatização de rodovias foram outros focos colocados pela Frente.



FRENTE PARLAMENTAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA

No biênio 2023-2024, a Frente Parlamentar da Primeira Infância colheu os frutos da semente lançada na primeira versão do grupo, há oito anos. À época, o objetivo principal foi difundir no Estado o conceito de *Primeira Infância* — a faixa etária compreendida pelos seis primeiros anos de vida. O motor de impulsionamento foi a Lei Federal nº 13.257, de março de 2016, que estabelece o Marco Legal da Primeira Infância.

E os frutos foram bastante significativos. Entre eles, a aprovação da Emenda Constitucional nº 60, que criou o Orçamento da Criança em Pernambuco; a análise e a aprovação da primeira Lei Orçamentária Anual (LOA) que identificou os recursos a serem destinados à faixa etária; e a celebração do quarto aniversário do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Além disso, a Frente coordenada pela deputada Simone Santana (PSB), em parceria com a Consultoria Legislativa (Consuleg), lançou a segunda edição da A*nálise da Situação dos Direitos da Primeira Infância no Estado*, documento que reúne informações que podem subsidiar a formulação de novas políticas públicas.

O grupo também passou a representar a Alepe na Rede Nacional de Frentes Parlamentares da Primeira Infância; celebrou a ampliação do *Bolsa Família* federal para os responsáveis por crianças pequenas, e, no Estado, testemunhou o Tribunal de Contas também voltar suas atenções para a bandeira da Primeira Infância.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA MATA NORTE

Instalada em setembro de 2023, a Frente Parlamentar em Defesa da Mata Norte planeja fechar um diagnóstico completo da região e sugerir meios para a promoção da retomada do crescimento local. Com um passado forte por conta do cultivo da cana-de-açúcar — de épocas com pelo menos 15 usinas em pleno funcionamento, hoje existem apenas quatro —, a Mata Norte tem dificuldades para um desenvolvimento como um todo, que não contemple apenas o Polo Automotivo de Goiana, por exemplo.

Três audiências públicas foram programadas pelo grupo para levantar dados, debater problemas e apresentar demandas a setores governamentais. A primeira foi realizada no município de Carpina e as outras duas estão previstas para Timbaúba e Goiana, sempre com a participação de representações de cidades vizinhas. Concluído o cronograma estabelecido, a Frente coordenada pelo deputado Antônio Moraes (PP) vai elaborar um documento com reivindicações colhidas junto às lideranças e aos moradores. O documento será encaminhado ao Governo do Estado.

No encontro de Carpina, foram levantados os seguintes pleitos para ajudar o desenvolvimento econômico: recuperação de estradas, esforço para regularizar o abastecimento de água, políticas para atração de empreendimentos e combate à criminalidade. Em reunião do grupo, também foi colocada a necessidade de um olhar para os serviços de saúde da região, diante da situação de sobrecarga do Hospital Regional de Nazaré da Mata.



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA INDÚSTRIA

Aproximar mais o Parlamento do setor industrial, abrindo um canal permanente de interlocução e buscando estratégias para o desenvolvimento do segmento. Com esta linha de atuação — entendendo ser crucial o fortalecimento do setor produtivo para a criação de novas oportunidades de emprego e o enfrentamento às desigualdades sociais —, a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria foi instalada em abril de 2024.

A articulação contou com o respaldo de entidades ligadas ao segmento. O lançamento teve a participação de representantes da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), do Conselho Regional do Sest Senat, do Centro das Indústrias do Estado de Pernambuco (Ciepe) e do Sindicato das Indústrias de Energia e de Serviços Elétricos de Pernambuco (Sindienergia-PE), entre outras.

Uma visita à sede da Fiepe foi uma das ações iniciais do grupo, coordenado pelo deputado Mário Ricardo (Republicanos). Além de estreitar o relacionamento, o objetivo foi aprofundar o conhecimento sobre as atividades desenvolvidas por outros braços do Sistema Fiepe, como o Senai, o Sesi e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).



FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO RACISMO

Estimular a formulação de leis e a implementação de ações em prol da luta contra a discriminação racial são os objetivos da Frente Parlamentar de Combate ao Racismo. O colegiado iniciou as atividades em maio de 2024, reforçando as iniciativas que o Poder Legislativo vem dedicando ao tema, como o pioneirismo das jornadas *Alepe Antirracista*.

A continuidade de práticas escravocratas e do racismo estrutural no País, aliada à falta de políticas públicas para a integração da população negra, motivaram a criação da Frente. No plano de trabalho consta a realização de escutas de comunidades negras de todas as regiões do Estado; a atualização do *Plano Pernambuco Quilombola* e um levantamento da legislação pernambucana relativa ao combate ao racismo, além de reuniões com secretarias estaduais ligadas ao tema.

Coordenado pelo deputado Doriel Barros (PT), o colegiado também planeja realizar um diagnóstico sobre políticas públicas voltadas para a igualdade racial nos municípios pernambucanos.



FRENTE PARLAMENTAR DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Ser um espaço de debates sobre o empreendedorismo, abordando temas como as legislações vigentes, políticas públicas, programas que estimulam parcerias entre os setores público e privado e outros meios de fortalecimento do segmento — um dos principais geradores de emprego — no Estado. Esse é objetivo principal da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa da Alepe.

O colegiado foi instalado em dezembro de 2023, numa reunião que teve significativa participação de entidades representativas do setor e de gestores públicos. Já em 2024, o grupo promoveu um debate sobre as dificuldades enfrentadas pelos produtores da bacia leiteira pernambucana, com o objetivo de encontrar caminhos para superá-las e fortalecer a cadeia. Conforme informado no encontro, a Unidade de Políticas Públicas do Sebrae, em conjunto com a Frente, realiza estudo para elaboração de uma proposição com o objetivo de facilitar tanto a fiscalização quanto a regulamentação das produções de queijo artesanal em Pernambuco.

A Frente começou os trabalhos sob a coordenação do deputado José Patriota (PSB), que faleceu em setembro de 2024. A função passou a ser exercida pelo deputado Antônio Moraes (PP).



FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM PERNAMBUCO

Estimular propostas para a inclusão social na geração de trabalho e renda. Com esse objetivo, a Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária em Pernambuco foi instalada em maio de 2024, tendo como uma das motivações o desmonte do setor nos últimos anos, conforme avaliação de integrantes do grupo. Uma das causas apontadas foi a falta de interesse da gestão federal anterior (2019-2022) com rebatimento nos estados, que amargaram a falta de conexão com a estrutura federal.

Com debates realizados em maio e em outubro — este último com a participação de gestores estaduais —, a Frente fez articulações e cobranças à gestão estadual em sintonia com a pauta. A realização da *IV Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária*, em dezembro de 2024, em Igarassu, na Região Metropolitana do Recife, após anos sem ocorrer, esteve nas discussões iniciais do colegiado. O encontro elegeu delegados à *Conferência Nacional* que será realizada em 2025.

O estímulo a políticas públicas para o setor e a reativação do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária também estão no foco do grupo, que tem a coordenação do deputado Doriel Barros (PT). Faz parte da atuação, ainda, a busca de uma maior conexão entre os governos Federal e Estadual sobre o tema.



ALEPE ANTIRRACISTA




AUDITÓRIO
SENADOR SÉRGIO GUERRA
Alepe
ANTIRRACISTA
2023
ALEPE
SOLIDÁRIA, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA
ALEPE
A Casa do Povo de Pernambuco


AUDITÓRIO
SENADOR SÉRGIO GUERRA
ALEPE
SOLIDÁRIA, SUSTENTÁVEL E INCLUSIVA
TI+ DO MNU
MBUCO
GRO UNIFICADO
MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO BRASIL
mnu
SEGURE E LANCE

DESTAQUE

ALEPE ANTIRRACISTA

A luta antirracista foi uma das principais pautas da Alepe neste biênio. O Parlamento pernambucano foi o primeiro do Brasil a instituir uma política institucional de enfrentamento ao preconceito racial, com a aprovação da Resolução n° 2019/2024, de autoria da Mesa Diretora. A medida tem como objetivo assegurar a promoção da equidade étnico-racial e a realização de ações permanentes de combate à discriminação.

A mesma Resolução criou a Ouvidoria Permanente em Defesa da Igualdade Racial, com a finalidade de assegurar o integral cumprimento da Política Antirracista da Alepe e apurar denúncias e violações aos direitos das populações negra e indígena no âmbito do Poder Legislativo.

Antes da formalização da política, a Casa de Joaquim Nabuco já havia criado o *Selo Alepe Antirracista* e desenvolvido uma série de atividades relacionadas à temática, como um curso de formação destinado aos colaboradores da Casa. O objetivo foi estimular a reflexão crítica e contribuir com a construção de uma cultura organizacional inclusiva, valorizando a diversidade étnica.

Em novembro de 2023 e de 2024, quando se celebrou o Mês da Consciência Negra, foram realizadas duas edições da *Jornada Alepe Antirracista*, ciclo gratuito de palestras, debates, exposições e performances artísticas.

Já em março de 2024, a Casa promoveu a primeira *Kizomba Antirracista*. Batizado com um termo de origem angolana que significa *encontro/confraternização*, o evento marcou o lançamento do *Caderno Alepe Antirracista*, uma compilação de textos transcritos das palestras proferidas na Jornada de 2023.

Destaque ainda para a *Medalha Antirracista Marta Almeida*, entregue a instituições e pessoas que se destacam na luta pela igualdade racial no Estado. O nome da honraria é uma homenagem póstuma à educadora Marta Carmelita Bezerra de Almeida, que teve a trajetória marcada por uma forte atuação no combate ao racismo.





EXPEDIENTE

MESA DIRETORA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO
BIÊNIO 2023 | 2024

Presidente
Álvaro Porto

Primeiro Vice-presidente
Aglailson Victor

Segundo Vice-presidente
Francismar Pontes

Primeiro-Secretário
Gustavo Gouveia

Segundo-Secretário
Pastor Cleiton Collins

Terceira-Secretária
Socorro Pimentel

Quarto-Secretário
Joel da Harpa

Primeiro Suplente
Rodrigo Farias

Segundo Suplente
Henrique Queiroz Filho

Terceiro Suplente
Gilmar Júnior

Quarto Suplente
Coronel Alberto Feitosa

Quinto Suplente
William Brígido

Sexto Suplente
Joãozinho Tenório

Sétimo Suplente
France Hacker

20ª LEGISLATURA
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO
BIÊNIO 2023 | 2024

Dep. Abimael Santos
Dep. Adalto Santos
Dep. Aglailson Victor
Dep. Álvaro Porto
Dep. Antonio Coelho
Dep. Antônio Moraes
Dep. Cayo Albino*
Dep. Claudiano Martins Filho
Dep. Cléber Chaparral
Dep. Coronel Alberto Feitosa
Dep. Dani Portela
Dep. Dannilo Godoy
Dep. Débora Almeida
Dep. Delegada Gleide Ângelo
Dep. Diogo Moraes
Dep. Doriel Barros
Dep. Edson Vieira*
Dep. Eriberto Filho
Dep. Fabrizio Ferraz
Dep. France Hacker
Dep. Francismar Pontes
Dep. Gilmar Júnior
Dep. Gustavo Gouveia
Dep. Henrique Queiroz Filho
Dep. Izaías Régis
Dep. Jarbas Filho
Dep. Jeferson Timóteo
Dep. Joaquim Lira
Dep. Joel da Harpa
Dep. Júnior Matuto
Dep. João Paulo
Dep. João Paulo Costa
Dep. João de Nadegi
Dep. Joãozinho Tenório
Dep. José Patriota (*in memoriam*)
Dep. Júnior Matuto
Dep. Kaio Maniçoba
Dep. Luciano Duque
Dep. Lula Cabral
Dep. Mário Ricardo
Dep. Nino de Enoque
Dep. Pastor Cleiton Collins
Dep. Pastor Júnior Tércio
Dep. Renato Antunes
Dep. Roberta Arraes*
Dep. Rodrigo Farias
Dep. Romero Albuquerque
Dep. Romero Sales Filho
Dep. Rosa Amorim
Dep. Sileno Guedes
Dep. Simone Santana
Dep. Socorro Pimentel
Dep. Waldemar Borges
Dep. Wanderson Florêncio*
Dep. William Brígido

***NOTA:** Os deputados Edson Vieira e Wanderson Florêncio tomaram posse como titulares em janeiro de 2025, assumindo as vagas de Cléber Chaparral e Lula Cabral, respectivamente, que renunciaram para assumir prefeituras.

Os deputados Cayo Albino e Roberta Arraes substituem, como suplentes, Eriberto Filho e Pastor Cleiton Collins, respectivamente, durante períodos de licença.

Também integrou a 20ª Legislatura da Alepe o deputado José Patriota, falecido em 17/09/2024. A vaga foi ocupada por Júnior Matuto.

COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Titulares: Antônio Moraes (presidente), Romero Albuquerque (vice-presidente), Débora Almeida, João Paulo, Luciano Duque, Nino de Enoque, Rodrigo Farias, Sileno Guedes e Waldemar Borges. **Suplentes:** Coronel Alberto Feitosa, Diogo Moraes, Eriberto Filho, Fabrizio Ferraz, Joaquim Lira, Joãozinho Tenório, Kaio Maniçoba, Mário Ricardo e Romero Sales Filho

FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

Titulares: Débora Almeida (presidente), Lula Cabral (vice-presidente), Coronel Alberto Feitosa, Diogo Moraes, Eriberto Filho, Henrique Queiroz Filho, João de Nadegi, Rodrigo Farias e Socorro Pimentel. **Suplentes:** Aglailson Victor, Cléber Chaparral, Delegada Gleide Ângelo, Izaías Régis, João Paulo Costa, Kaio Maniçoba, Luciano Duque, Renato Antunes e Sileno Guedes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Titulares: Joaquim Lira (presidente), Renato Antunes (vice-presidente), Eriberto Filho, Jeferson Timóteo, Joãozinho Tenório, Romero Sales Filho e William Brígido. **Suplentes:** Claudiano Martins Filho, Coronel Alberto Feitosa, Edson Vieira, Jarbas Filho, Luciano Duque, Simone Santana e Waldemar Borges

ASSUNTOS MUNICIPAIS

Titulares: Diogo Moraes (presidente), Fabrizio Ferraz (vice-presidente), Cleber Chaparral, Izaías Régis, João Paulo. **Suplentes:** Abimael Santos, Dannilo Godoy, Jeferson Timóteo, Joãozinho Tenório e Mário Ricardo

EDUCAÇÃO E CULTURA

Titulares: Waldemar Borges (presidente), João Paulo (vice-presidente), Kaio Maniçoba, Renato Antunes e Romero Albuquerque. **Suplentes:** Dani Portela, Izaías Régis , Pastor Cleiton Collins (Licenciado), Rosa Amorim e William Brígido

ESPORTE E LAZER

Titulares: Pastor Júnior Tércio (presidente), João Paulo Costa (vice-presidente), Eriberto Filho, João de Nadegi, Joãozinho Tenório. **Suplentes:** Abimael Santos, Doriel Barros, Gilmar Júnior, Rodrigo Farias, Romero Albuquerque

MEIO AMBIENTE,SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO ANIMAL

Titulares: Romero Sales Filho (presidente), Luciano Duque (vice-presidente), Dannilo Godoy, Henrique Queiroz Filho e Nino De Enoque. **Suplentes:** Abimael Santos, Diogo Moraes, Doriel Barros, João Paulo, Jeferson Timóteo

AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Titulares: Doriel Barros (presidente), Claudiano Martins Filho (vice-presidente), Edson Vieira, France Hacker, Nino de Enoque. **Suplentes:** Débora Almeida, Fabrizio Ferraz, Luciano Duque, Rosa Amorim e Socorro Pimentel

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titulares: Adalto Santos (presidente), Sileno Guedes (vice-presidente), Cleber Chaparral, Gilmar Júnior, Izaías Régis. **Suplentes:** Abimael Santos, Joel da Harpa, Luciano Duque, Simone Santana e Socorro Pimentel

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Titulares: Simone Santana (presidente), João de Nadegi (vice-presidente), Cleber Chaparral, Joel da Harpa, Kaio Maniçoba. **Suplentes:** Adalto Santos, Edson Vieira, Lula Cabral, Pastor Júnior Tércio e Sileno Guedes

CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR
Titulares: Dani Portela (presidente), Pastor Júnior Tércio (vice-presidente), Joel da Harpa, Luciano Duque, Rosa Amorim. **Suplentes:** João Paulo, Pastor Cleiton Collins, Rodrigo Farias, Romero Sales Filho e William Brígido

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO
Titulares: Mário Ricardo (presidente), Abimael Santos (vice-presidente), Edson Vieira, Henrique Queiroz Filho, Rodrigo Farias. **Suplentes:** Débora Almeida, Doriel Barros, France Hacker, Jeferson Timóteo e Romero Sales Filho

ASSUNTOS INTERNACIONAIS
Titulares: Lula Cabral (presidente), Jarbas Filho (vice-presidente), Joaquim Lira, Nino de Enoque, William Brígido. **Suplentes:** Diogo Moraes, Izaías Régis, Joãozinho Tenório, Joel da Harpa e Socorro Pimentel

DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER
Titulares: Delegada Gleide Ângelo (presidente), Socorro Pimentel (vice-presidente), Dani Portela, Rosa Amorim e Simone Santana. **Suplentes:** Débora Almeida, Gilmar Júnior, João Paulo, Kaio Maniçoba e Roberta Arraes

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
Titulares: Fabrizio Ferraz (presidente), Antônio Moraes (vice-presidente), Delegada Gleide Ângelo, Joel da Harpa, Romero Albuquerque. **Suplentes:** Abimael Santos, Adalto Santos, Coronel Alberto Feitosa, Eriberto Filho e João Paulo

DEFESA DO CONSUMIDOR
Titulares: João Paulo Costa (presidente), Kaio Maniçoba (vice-presidente), Coronel Alberto Feitosa, Diogo Moraes, Henrique Queiroz Filho. **Suplentes:** Jeferson Timóteo, João Paulo, Rodrigo Farias, Sileno Guedes e Socorro Pimentel

ÉTICA PARLAMENTAR
Titulares: Claudiano Martins Filho (presidente), Fabrizio Ferraz (vice-presidente), João Paulo, João Paulo Costa, Joaquim Lira, Romero Sales Filho. **Suplentes:** Izaías Régis, Jeferson Timóteo, João de Nadegi, Luciano Duque, Romero Albuquerque e Sileno Guedes

REDAÇÃO FINAL
Titulares: Joãozinho Tenório (presidente), Gilmar Júnior (vice-presidente), Abimael Santos, Adalto Santos, Franscismar Pontes. **Suplentes:** Henrique Queiroz Filho, João de Nadegi, Lula Cabral, Nino de Enoque.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
BIÊNIO 2023 | 2024

Superintendência Geral: Isaltino Nascimento

Superintendência Parlamentar: Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendência de Inteligência Legislativa: Ariosto Esteves

Superintendência de Tecnologia da Informação: Bráulio Lira

Superintendência de Gestão de Pessoas: Danielle Crhistina de Aguiar

Ouvidoria: Douglas Moreno

Superintendência de Planejamento e Gestão: Edécio Rodrigues de Lima

Superintendência Militar e de Segurança Legislativa: Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendência de Cerimonial: Francklin Santos

Superintendência de Comunicação Social: Helena Castro de Alencar

Procuradoria-Geral: Hélio Lúcio Dantas da Silva

Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo: José Airton Paes dos Santos

Superintendência da Escola do Legislativo: José Humberto de Moura Cavalcanti Filho

Superintendência Administrativa: José Luiz de Oliveira Júnior

Consultoria Legislativa: Marcelo Cabral e Silva

Auditoria: Maria Gorete Pessoa de Melo

Secretaria-geral da Mesa Diretora: Maurício da Fonte

Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional: Wildy Ferreira Xavier

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO

Superintendente de Comunicação Social: Helena Alencar

Chefe do Departamento de Jornalismo: Júlia Guimarães

Chefe do Departamento de Relações Públicas: Raero Monteiro

Coordenação editorial: André Zahar e Bruno Souza

Apuração: Tatiane Cybelle Góes

Textos: André Zahar, Bruno Souza, Ciro Rocha, Edson Alves Jr., Eliza Kobayashi, Fellipe Marques, Isabela Senra, Ivanna Aguiar e Jairo Lima

Revisão: André Zahar, Eliza Kobayashi, Helena Alencar, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima e Raero Monteiro

Gerente de Fotografia: Roberto Soares

Edição de fotografia: Breno Laprovitera

Repórteres fotográficos: Anju Monteiro, Evane Manço, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Manu Vitória, Nando Chiappetta, Paulo Pedrosa, Roberta Guimarães, Roberto Soares

Fotógrafo arquivista: Gabriel Laprovitera

Projeto gráfico e diagramação: Vírgula Promo

Revisão final: Consultexto


ALEPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO
A Casa do Povo Pernambucano
www.alepe.pe.gov.br
@assembleiape